CONCORRÊNCIA Nº 11/2026

CONTRATANTE (UASG) 987171 - MUNICÍPIO DE TAPIRAÍ

OBJETO
Contratação de empresa especializada para a execução das obras de adequações das instalações elétricas, de rede de dados e de telefonia do prédio do Paço Municipal de Tapiraí

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 338.629,08 (trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 23/11/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES:
11h00 min.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço global

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
NÃO

LOCAL:
www.gov.br/compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19836/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Tapiraí, por meio da Divisão de Licitações e Contratos, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 66, de 27 de outubro de 2026, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para a execução das obras de adequações das instalações elétricas, de rede de dados e de telefonia do prédio do Paço Municipal de Tapiraí,** nas quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **lote único**, formados por todos os itens do objeto, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo e os licitantes deverão oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa nº 03/2018, mediante utilização do sistema, deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante.

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Será permitida a participação de:

2.7.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte

quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.7.2. pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.

2.8. O impedimento de que trata o subitem **2.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.6.2** e **2.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.

2.12. A vedação de que trata o item **2.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1** e **7.13.1** deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos

custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor global do item.

4.1.2. Marca.

4.1.3. Fabricante, quando aplicável.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em

que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõem o Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior**.**

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global** do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R$ 100,00 (cem reais).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no certame o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no certame o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no certame o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Caso não se trate de licitação para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte

participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme art. 57 do Decreto Municipal nº 66/2026.

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

5.21.2.2. empresas brasileiras.

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.6. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.23.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, nos termos do item **6.8.7**.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.1.5. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).

6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem 6.1.4 será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de contratação diligenciará para verificar se houve

fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens Erro! Fonte de referência não e ncontrada. e **3.6** deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis.

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo.

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. Em contratação de obras e serviços de engenharia, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 73/2022, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.

6.8.3. Na contratação de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis, preliminarmente, as propostas cujos valores forem **inferiores a 75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, observados os subitens 6.9.5 e 6.9.6.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8.6. Em qualquer caso, a inexequibilidade só será declarada após diligência do agente de contratação, que comprove:

6.8.6.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e

6.8.6.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8.7. Na contratação de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e,

assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **20%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital, no Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

7.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

7.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado **junto a Diretoria de Obras, nos dias úteis, das 09:00hs às 12:00hs e das 13:00hs às 16:00hs, através do email obras@tapirai.sp.gov.br,** de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.11.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo

identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.13. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **duas horas,** prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.

7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.13.1.**

7.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.tapirai.sp.gov.br/licitacoes ou mediante solicitação formal via e-mail: licitacoes@tapirai.sp.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Observadas as disposições do Capítulo XXV do Decreto Municipal nº 66/2026, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame.

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:

9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.2. Multa, moratória ou compensatória, nos termos dos arts. 116 a 120 do Decreto Municipal nº 66/2026, observado o seguinte:

9.2.2.1. A multa moratória, decorrente do atraso injustificado na execução do contrato, incidirá sobre o valor da obrigação inadimplida, nos seguintes percentuais: I - 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, do 1º (primeiro) ao 15º (décimo quinto) dia; II - 1% (um por cento) por dia de atraso, do 16º (décimo

sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicado em acréscimo ao percentual previsto no inciso I (art. 117 do Decreto Municipal nº 66/2026).

9.2.2.2. A soma das multas moratórias não excederá 30% (trinta por cento) do valor da obrigação inadimplida, e o atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a conversão da multa moratória em compensatória, na forma do art. 119 do Decreto Municipal nº 66/2026.

9.2.2.3. A multa compensatória, decorrente de qualquer das infrações previstas no subitem 9.1, não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, observadas as faixas, as bases de cálculo e a dosimetria previstas nos arts. 118 e 123 a 126 do Decreto Municipal nº 66/2026.

9.2.2.4. As multas moratória e compensatória poderão ser aplicadas cumulativamente entre si, desde que decorrentes de fatos geradores distintos e observada a proporcionalidade (art. 116, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 66/2026).

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes, nos termos dos arts. 124 e 125 do Decreto Municipal nº 66/2026

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 120 do Decreto Municipal nº 66/2026.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, §7º).

9.6. Na aplicação das sanções de advertência e de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157; art. 115, § 2º, do Decreto Municipal nº 66/2026).

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, observados os prazos-base e critérios do art. 121 do Decreto Municipal nº 66/2026.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4**, **9.1.5**, **9.1.6**, **9.1.7** e **9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021, observados os prazos-base e critérios do art. 122 do Decreto Municipal nº 66/2026.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3,** caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, quando exigida (art. 58, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, assim considerado o Prefeito Municipal (art. 136, § 2º, do Decreto Municipal nº 66/2026), que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido pelo Secretário Municipal da pasta no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento (art. 136, § 3º, do Decreto Municipal nº 66/2026).

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados (art. 156, §9º).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte endereço eletrônico: *licitacoes@tapirai.sp.gov.br*.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de contratação.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.tapirai.sp.gov.br/licitacoes.

11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Piedade/SP.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I – Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo
11.12.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial
11.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
11.12.4. ANEXO IV – Orientações sobre a retenção de imposto de renda
11.12.5. ANEXO V – Termo de Ciência e Notificação.
11.12.6. ANEXO VI – Estudo Técnico Preliminar.

Tapiraí, 06 de novembro de 2026.

ARALDO TODESCO
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. DO OBJETO:

1.1.1. Contratação de empresa especializada para a execução da obra de **reestruturação e adequação das instalações elétricas, de rede de dados e de telefonia do Paço Municipal de Tapiraí/SP**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

✓ **Item:** Contratação de empresa especializada para execução da obra de reestruturação e adequação das instalações elétricas, de rede de dados e de telefonia do Paço Municipal.

✓ Localidade: Paço Municipal – Município de Tapiraí/SP.

✓ CatServ: Descrição: Obras Civis Públicas (construção); Grupo: 542; Serviço: 5622.

1.1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item constante no catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecerão as disposições deste Termo de Referência.

1.1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como obra comum de engenharia, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, abrangendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à completa execução da obra, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram o processo.

1.2. DOS PRAZOS:

1.2.1. O prazo de vigência da contratação será de 08 (oito) meses, contados da data de assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que as partes deverão providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, nos termos do artigo 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.3. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa da CONTRATADA:

1.2.3.1. A CONTRATADA será constituída em mora, aplicáveis a ela as respectivas sanções administrativas previstas na Cláusula Nona deste Edital.

1.2.3.2. O CONTRATANTE poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.4. Não obstante o prazo estipulado no subitem anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará

sujeita a condição resolutiva, consubstanciada na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as mencionadas despesas. Verificada a condição resolutiva a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

1.2.5. O prazo de execução dos serviços será de 06 (seis) meses e deverá coincidir com o período definido no Cronograma Físico Financeiro deste Termo.

1.2.6. O prazo previsto no item 1.2.5, acima, será contado da data indicada na Autorização para Início dos Serviços e poderá ser prorrogado em caso de motivo justo e na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.7. O contrato trará maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.3. DA SUBCONTRATAÇÃO:

1.3.1. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

1.3.1.1. Serviços de TI

1.3.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

1.3.3. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

1.3.3.1. Submissão, pela CONTRATADA, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

1.3.3.2. Autorização prévia do CONTRATANTE, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

1.3.3.3. Apresentação pela CONTRATADA dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do artigo 122, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

1.3.3.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo CONTRATANTE, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pela CONTRATADA;

1.3.3.5. A CONTRATADA poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida no subitem anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo CONTRATANTE;

1.3.3.6. Apresentação pela CONTRATADA de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre a CONTRATADA e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

1.3.3.7. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

1.3.4. Os pagamentos serão realizados exclusivamente à CONTRATADA.

1.3.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.3.6. O CONTRATANTE não reconhecerá qualquer vínculo com empresas subcontratadas, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a CONTRATADA, que responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estas causarem.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, Anexo V deste Edital.

2.2. A realização da obra é de interesse público, considerando a necessidade de **reestruturação e adequação das instalações elétricas, de rede de dados e de telefonia do Paço Municipal de Tapiraí/SP**, que atualmente apresentam instabilidades e interrupções capazes de prejudicar o funcionamento dos diversos setores e a continuidade das atividades administrativas.

2.3. A contratação tem como objetivo proporcionar instalações **mais seguras, adequadas e confiáveis**, por meio da reestruturação do sistema elétrico e da infraestrutura de dados e telefonia do edifício, abrangendo os diferentes circuitos, quadros, cabeamentos, tomadas e pontos de comunicação previstos nos projetos e memoriais descritivos. A intervenção busca reduzir falhas e interrupções, melhorar as condições de funcionamento dos equipamentos e sistemas utilizados pela Administração e assegurar maior continuidade e eficiência na prestação dos serviços públicos.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3.2. A solução compreende a **reestruturação e adequação das instalações elétricas, de rede de dados e de telefonia do Paço Municipal de Tapiraí/SP**, abrangendo os Pisos 01 e 02 e contemplando, de forma ampla, a execução e adequação da infraestrutura elétrica, eletrocalhas, perfilados, eletrodutos, cabeamentos, quadros de distribuição, dispositivos de proteção, tomadas elétricas, pontos de rede de dados e telefonia, racks, caixas e demais componentes e serviços necessários à completa execução das instalações previstas em projeto.

3.3. Os serviços detalhados constam no ANEXO A – MEMORIAL DESCRITIVO deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. DA SUSTENTABILIDADE:

4.1.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas sustentáveis durante a execução do escopo contratual, tais como: realizar a gestão de resíduos e orientar/conscientizar quanto à sua destinação correta; minimizar a utilização de materiais; fomentar a utilização de insumos reciclados e de materiais atóxicos e biodegradáveis; fomentar a redução do consumo de água e de energia elétrica e optar por documentos de caráter digital/eletrônico quando possível, dentre outros.

4.1.2. Os colaboradores da CONTRATADA, alocados nas dependências da CONTRATANTE, deverão aderir às práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços.

4.1.3. Quando da utilização de serviços de locação de caçambas para remoção de entulho, ou situação similar, a CONTRATADA deverá elaborar e apresentar ao CONTRATANTE o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) e a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), caso requerido pela legislação municipal, assim como apresentar os comprovantes de transporte de resíduos ou documento equivalente.

4.1.4. A CONTRATADA, além de atender às exigências legais do município e ao PGRCC, deverá certificar-se de que os materiais removidos são destinados em locais apropriados e licenciados, sendo essa destinação final sua responsabilidade, devendo apresentar as comprovações que se fizerem necessárias.

4.2. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.2.1. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. DA VISTORIA:

4.3.1. A vistoria prévia dos interessados em participar do processo licitatório será facultativa.

4.3.2. Os interessados poderão realizar vistoria mediante prévio agendamento e sob o acompanhamento de servidor da Prefeitura do Município de Tapiraí designado para esse fim, no intuito do dimensionamento e da elaboração da proposta.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1.1. Os serviços contratados serão prestados conforme as condições de execução descritas neste Termo de Referência.

5.2. DA PREPARAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.2.1. A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do Contrato, os seguintes itens:

5.2.1.1. Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), com base no valor total do contrato e ARTs ou RRTs dos corresponsáveis pelas áreas de atuação.

5.2.1.2. Carta de preposição, conforme modelo acordado com o CONTRATANTE, contendo informações do responsável pelos serviços e assuntos de ordem contratual.

5.2.1.3. Documento contendo nome, formação, registro pertinente e contato do:

5.2.1.3.1. Responsável técnico com competência técnica nos termos da Resolução nº 218/1973, cumulada com a Resolução nº 1.137/2023, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA ou nos termos da Resolução nº 21/2012, cumulada com a Resolução nº 91/2014, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

5.2.1.3.2. Responsável técnico residente, responsável pelas atividades de supervisão e pela gestão da obra.

5.2.1.3.3. Engenheiro e/ou técnico de segurança do trabalho responsável pelas ações de sua competência, conforme as normas regulamentadoras e a legislação vigente, em especial a NR-04.

5.2.1.4. Comprovante de contratação de Seguro de:

5.2.1.4.1. Responsabilidade civil, com importância segurada correspondente a 10% do valor total do contrato, para ressarcimento de danos.

5.2.1.4.2. Risco de engenharia, com importância segurada correspondente a 100% do valor total do contrato.

5.2.1.4.3. A data do término da vigência dos seguros deverá considerar, no mínimo, o prazo até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) do objeto contratado.

5.2.1.5. Relação nominal de colaboradores, que deverá ser mantida atualizada e, a cada alteração, os novos documentos deverão ser encaminhados com 2 (dois) dias úteis de antecedência à apresentação do novo colaborador, conforme critérios e documentos listados a seguir:

5.2.1.5.1. Relação de funcionários contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números dos documentos de identificação (RG/CPF) e opção pelo recebimento ou não do vale transporte.

5.2.1.5.2. Cópia dos documentos de identificação (RG/CPF).

5.2.1.5.3. Cópia dos exames médicos admissionais.

5.2.1.5.4. Cópia do contrato de trabalho e do registro no e-Social.

5.2.1.5.5. Cópia do certificado de cursos e de treinamentos de formação/qualificação, quando necessário.

5.2.1.6. Relação de ativos que serão alocados nas dependências do CONTRATANTE e respectivos documentos, que deverão ser atualizados durante a vigência contratual.

5.2.2. A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias corridos contados da data indicada na Autorização para Início dos Serviços (AIS), os seguintes itens:

5.2.2.1. Relatório fotográfico, mantendo registro fotográfico durante a execução dos serviços.

5.2.2.2. Planejamento-cronograma detalhado de execução, envolvendo todos os aspectos quantitativos e qualitativos para discussão e avaliação junto ao CONTRATANTE, ficando sujeito à aprovação deste. Durante a execução dos

serviços o planejamento em discussão deverá ser atualizado, seja quanto a sua progressão como quanto aos ajustes necessários.
5.2.2.3 Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC).
5.2.2.4. Documentos relacionados aos programas, planos e sistemas de gestão de segurança e medicina do trabalho vinculados ao local da atividade no tocante ao gerenciamento de riscos ocupacionais.

5.3. DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.3.1. A Autorização para Início de Serviços (AIS) será emitida no prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar da data de assinatura do Contrato.

5.4. DO TÉRMINO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA VIGÊNCIA DA GARANTIA:

5.4.1. O CONTRATANTE expedirá, em 15 (quinze) dias corridos contados do término do objeto contratual conforme comunicação formal da CONTRATADA, o Termo de Recebimento Provisório (TRP) e, em 30 (trinta) dias corridos após o recebimento provisório e o cumprimento das condições estabelecidas em contrato, o Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

5.4.2. O prazo de garantia dos equipamentos e materiais será de 12 (doze) meses ou conforme padrão do fabricante, se esta for maior, e dos serviços será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

5.4.3. Durante o prazo de vigência da garantia, a CONTRATADA obriga-se a repor as peças/componentes e os acessórios danificados, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a partir da comunicação por escrito. Todas as despesas com reparos que não resultarem do mau uso dos produtos, durante o prazo de vigência da garantia, correrão por conta da CONTRATADA.

5.5. DO LOCAL E DO HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.5.1. Os serviços serão prestados no Paço Municipal de Tapiraí/SP, conforme local indicado no item 1.1.1 deste Termo de Referência.

5.5.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter, sem ônus para o CONTRATANTE, os meios necessários à fiscalização, acompanhamento e medição dos serviços por parte da Administração.

5.5.2. Os serviços deverão ser executados preferencialmente no período das 8h00 às 18h00, observadas as condições de funcionamento do Paço Municipal.

5.5.2.1. Durante a execução da obra, o Paço Municipal permanecerá em funcionamento, mantendo-se, sempre que possível, o expediente e as atividades administrativas dos setores instalados no edifício. Dessa forma, a CONTRATADA deverá elaborar e adotar estratégia de execução por etapas, planejando previamente as intervenções de modo a evitar ou reduzir ao mínimo interrupções que possam comprometer o trabalho dos servidores e o atendimento ao público.

5.5.2.2. A execução deverá ser planejada em conjunto com a fiscalização do CONTRATANTE, especialmente nos serviços que envolvam desligamento de energia elétrica, intervenção em quadros e circuitos, rede de dados ou telefonia, devendo ser priorizadas soluções que permitam a continuidade das atividades nos setores não diretamente afetados pela intervenção.

5.5.2.3. Sempre que determinado serviço exigir interrupção temporária de energia, dados, telefonia ou outra condição que possa afetar o funcionamento do prédio, a CONTRATADA deverá comunicar previamente a fiscalização e programar sua execução para o período de menor impacto às atividades administrativas, inclusive fora do horário normal de expediente, quando necessário.

5.5.2.4. A CONTRATADA deverá solicitar por escrito ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, autorização para realização de trabalhos extraordinários após o horário estipulado, em finais de semana ou feriados, não acarretando tais serviços ônus adicional ao CONTRATANTE.

5.5.3. A CONTRATADA deverá comunicar e justificar, por escrito, ao CONTRATANTE eventuais impedimentos à realização dos serviços especificados.

5.6. DA EQUIPE DE TRABALHO:

5.6.1. A CONTRATADA deverá alocar o número necessário de colaboradores para a realização dos serviços, com o respectivo cumprimento das obrigações assumidas, garantindo a execução dos serviços inclusive na ocorrência de férias, licença, falta ao trabalho, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação vigente.

5.6.1.1. Os colaboradores da CONTRATADA deverão estar devidamente identificados, com uniforme e crachá de identificação.

5.6.2. Todos os profissionais designados para a execução dos serviços, inclusive em eventuais substituições, deverão ter a qualificação técnica pertinente, sendo a CONTRATADA responsável pela comprovação desta qualificação por meio da apresentação dos documentos probatórios.

5.6.3. A CONTRATADA deverá retirar imediatamente dos serviços, após solicitação devidamente motivada, funcionário indicado pelo CONTRATANTE que venha a faltar com urbanidade, apresente conduta imprudente ou negligente, ou ainda, que apresente imperícia técnica face às atividades em prática, substituindo-o no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, salvo circunstância excepcional devidamente justificada.

5.7. DO PREPOSTO:

5.7.1. A CONTRATADA deverá indicar preposto, que será seu representante para tratar de assuntos de ordem contratual.

5.7.2. O preposto será um funcionário da CONTRATADA, sendo permitido que ele acumule sua função com quaisquer cargos deste Termo de Referência.

5.7.3. O preposto deverá comparecer presencialmente, quando houver eventual solicitação para resolução de assunto urgente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, na localidade da obra ou na sede da Prefeitura, conforme o caso.

5.7.3.1. O prazo mencionado anteriormente somente poderá ser extrapolado em casos excepcionais, mediante justificativa prévia pela CONTRATADA, aceita pelo CONTRATANTE.

5.7.3.2. Considera-se como endereço da Sede da Prefeitura a Rua Augusto Moritz, nº 305, Centro, Tapiraí/SP, CEP 18180-019.

5.7.4. O preposto não atuará de forma exclusiva para o CONTRATANTE, de forma que o seu custo deve ser contabilizado nas despesas indiretas.

5.7.5. O preposto deverá estar disponível por telefone ou por outro meio de comunicação durante o horário de trabalho pactuado.

5.8. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO RESIDENTE:

5.8.1. A CONTRATADA deverá manter a presença de responsável técnico residente, de forma integral, assegurando a habilitação e a capacitação profissional para as atividades de supervisão e de gestão da obra.

5.9. DA SEGURANÇA E DA MEDICINA DO TRABALHO:

5.9.1. A CONTRATADA será responsável pela prevenção de acidentes, incêndios e demais riscos decorrentes da execução dos serviços, devendo cumprir rigorosamente a legislação vigente, as Normas Regulamentadoras aplicáveis e as demais normas de segurança pertinentes às atividades executadas.

5.9.1.1. A CONTRATADA deverá designar colaborador responsável por adotar as providências necessárias para atendimento de seus funcionários em caso de acidente ou mal súbito.

5.9.2. A CONTRATADA deverá manter sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho compatível com os serviços executados e com as Normas Regulamentadoras aplicáveis, disponibilizando ao CONTRATANTE, quando exigível ou solicitado:

5.9.2.1. Documentos relacionados ao gerenciamento dos riscos ocupacionais e às medidas de prevenção aplicáveis às atividades;

5.9.2.2. Atestados de Saúde Ocupacional – ASO dos colaboradores envolvidos na execução dos serviços, dentro dos respectivos prazos de validade;

5.9.2.3. Certificados e comprovantes dos treinamentos obrigatórios e das respectivas reciclagens, conforme as atividades desempenhadas;

5.9.2.4. Fichas de entrega e controle dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, antes do início dos serviços e sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

5.9.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissional de segurança do trabalho sempre que exigido pela legislação ou em razão das características e riscos das atividades executadas, especialmente para orientação, controle e acompanhamento das medidas de segurança.

5.9.4. Por se tratar de intervenção nas instalações elétricas de edificação em funcionamento, todos os serviços envolvendo eletricidade deverão observar

rigorosamente as disposições da NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, sendo executados exclusivamente por trabalhadores devidamente qualificados, capacitados ou habilitados e autorizados, conforme aplicável.

5.9.4.1. As intervenções que envolvam desligamento de circuitos ou equipamentos deverão ser previamente planejadas e comunicadas à fiscalização, adotando-se os procedimentos de segurança necessários para impedir energização acidental durante a execução dos serviços.

5.9.4.2. As áreas em intervenção deverão permanecer devidamente isoladas e sinalizadas, impedindo o acesso de servidores, usuários e demais pessoas não autorizadas, especialmente considerando que o Paço Municipal permanecerá em funcionamento durante a execução da obra.

5.9.4.3. A CONTRATADA deverá organizar os materiais, ferramentas, cabos e equipamentos utilizados de forma a não criar obstáculos, riscos de queda, choque elétrico ou acidentes nas áreas de circulação e nos ambientes que permanecerem em uso.

5.9.5. Quando houver execução de trabalhos em altura, deverão ser observadas as disposições da NR-35, incluindo os procedimentos, treinamentos, análise de risco e demais medidas de proteção aplicáveis à atividade.

5.9.5.1. As ferramentas e demais utensílios utilizados em trabalhos em altura deverão ser devidamente acondicionados e protegidos contra queda, sempre que houver risco às pessoas ou aos bens localizados abaixo da área de trabalho.

5.9.6. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC necessários e adequados aos riscos das atividades, mantendo-os em perfeito estado de conservação e dentro dos respectivos prazos de validade.

5.9.6.1. Não será permitido o uso de chinelos, sandálias ou outros calçados inadequados pelos colaboradores da CONTRATADA durante a execução dos serviços.

5.9.7. DA SEGURANÇA DOS SERVIDORES, USUÁRIOS E DEMAIS OCUPANTES DO EDIFÍCIO

5.9.7.1. Considerando que os serviços serão executados em **edificação pública que permanecerá em funcionamento integral ou parcial durante a execução da obra**, a CONTRATADA deverá adotar medidas específicas para garantir a segurança dos servidores, usuários e demais pessoas que permaneçam ou circulem pelo Paço Municipal.

5.9.7.2. A execução deverá ser previamente planejada e realizada **por etapas e setores**, de forma que as áreas em intervenção possam ser devidamente isoladas, evitando o acesso de pessoas não autorizadas e reduzindo os riscos decorrentes da realização simultânea da obra e das atividades administrativas.

5.9.7.3. As áreas de trabalho deverão permanecer devidamente **isoladas, sinalizadas e protegidas**, especialmente nos locais onde houver intervenções em quadros elétricos,

circuitos, cabeamentos, eletrodutos, eletrocalhas e demais componentes das instalações elétricas, de dados e de telefonia.

5.9.7.4. A CONTRATADA deverá garantir que ferramentas, materiais, cabos, equipamentos, resíduos e demais elementos decorrentes da execução dos serviços **não permaneçam desprotegidos em corredores, acessos, escadas, áreas de atendimento ou demais locais de circulação**, de modo a evitar quedas, choques, tropeços e outros acidentes.

5.9.7.5. Toda intervenção que exija **desligamento de energia elétrica, abertura ou intervenção em quadros, interrupção de circuitos ou qualquer procedimento que possa representar risco aos ocupantes ou interferir no funcionamento do edifício** deverá ser previamente comunicada e autorizada pela fiscalização do CONTRATANTE, com definição do setor afetado, período previsto e medidas de segurança necessárias.

5.9.7.6. Sempre que tecnicamente possível, os serviços com maior risco ou que demandem desligamentos mais abrangentes deverão ser programados para períodos de **menor circulação de pessoas ou fora do horário normal de expediente**, mediante prévia autorização do CONTRATANTE.

5.9.7.7. Durante toda a execução, deverão ser preservadas **rotas seguras de circulação, acessos aos setores em funcionamento e saídas de emergência**, não sendo permitida a obstrução dessas áreas por materiais, ferramentas, equipamentos ou serviços da obra.

5.9.7.8. Caso seja identificada situação que represente risco à integridade física de servidores, usuários, trabalhadores ou terceiros, a CONTRATADA deverá **interromper imediatamente a atividade no local afetado**, realizar o isolamento da área e adotar as medidas corretivas necessárias antes da retomada dos serviços.

5.10. DO DIÁRIO DE OBRAS:

5.10.1. A CONTRATADA deverá manter, no local da obra, um livro físico contendo ocorrências e demais registros assinados pelo responsável técnico associado à direção da execução dos serviços.

5.11. DAS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS:

5.11.1. A contratação prevê a instalação de todos os dispositivos e os acessórios necessários ao atendimento das normas técnicas e da legislação vigente.

5.11.2. Os serviços a serem realizados e os materiais e as peças a serem fornecidos deverão obedecer às normas reconhecidas, em suas últimas revisões, tais como:

5.11.2.1. Normas de Segurança em Edificações do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

5.11.2.2. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

5.11.2.3. Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho aplicáveis às atividades, em especial as NR-01, NR-06, NR-07, NR-10, NR-17, NR-18 e NR-35, com especial observância à NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, em razão da natureza dos serviços objeto desta contratação.

5.11.2.4. Leis, Decretos, Regulamentos e demais dispositivos legais emitidos pelas autoridades governamentais no âmbito Municipal, Estadual e Federal pertinentes à execução dos serviços ora contratados.

5.11.2.5. Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos legais específicos sobre acessibilidade.

5.11.3. Não será permitida a furação de vigas, colunas ou outras peças estruturais.

5.11.4. Todas as adaptações ou alterações no projeto original, necessárias para uma melhor execução das obras, deverão ser previamente aprovadas pelo CONTRATANTE.

5.11.5. As dimensões para construção ou fornecimento de elementos previstos neste Termo de Referência deverão ser confirmadas in loco, sendo os desenhos apresentados apenas referências para fins de orçamento.

5.11.6. Os serviços de pintura deverão restringir-se às áreas que necessitarem de recomposição dos acabamentos em decorrência das intervenções realizadas nas instalações elétricas, quando previstos no escopo da contratação. As superfícies afetadas deverão receber preparação adequada, incluindo limpeza, correção de imperfeições e aplicação de pintura compatível com o acabamento existente, em quantidade de demãos suficiente para garantir cobertura uniforme e acabamento satisfatório.

5.11.7. Durante a execução dos serviços que envolvam recomposição de acabamentos, a CONTRATADA deverá adotar medidas de proteção dos elementos existentes, incluindo pisos, esquadrias, mobiliários, equipamentos e demais superfícies próximas às áreas de intervenção, evitando danos, respingos ou qualquer comprometimento das condições originais do imóvel.

5.11.8. Testes e ensaios (in loco ou em laboratório), quando necessários, requeridos pelas normas técnicas ou demandados pelo CONTRATANTE, para comprovação de qualidade, terão os custos arcados pela CONTRATADA.

5.11.9. Equipamentos, quando submetidos à classificação de eficiência energética, deverão apresentar classificação de máxima eficiência energética, comprovadas através de etiquetagem ou certificação emitida por entidade credenciada pelo INMETRO. Casos de excepcionalidade deverão ser tratados com o CONTRATANTE.

5.11.10. Dispositivos e equipamentos eletroeletrônicos deverão atender ao padrão RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances - não utilização de metais pesados no processo produtivo).

5.11.11. Caso seja necessária a utilização de materiais de origem florestal durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar a legislação ambiental vigente, garantindo a procedência legal dos produtos empregados e apresentando, quando aplicável, a documentação comprobatória exigida pelos órgãos ambientais competentes.

5.11.12. Os materiais de origem mineral eventualmente empregados na execução dos serviços deverão possuir procedência regular, observadas as exigências legais e ambientais aplicáveis à sua extração, comercialização e utilização, cabendo à CONTRATADA apresentar a documentação comprobatória pertinente, quando exigível.

5.11.13. Quando da interrupção ou desativação, total ou parcial, de sistemas da infraestrutura predial, a CONTRATADA deverá observar a cautela técnica e realizar a comunicação prévia.

5.12. DAS ORIENTAÇÕES DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL:

5.12.1. A CONTRATADA deverá manter os locais de trabalho em adequadas condições de **limpeza, organização e segurança durante toda a execução dos serviços**, realizando a retirada periódica de resíduos, sobras de materiais, embalagens, fragmentos de cabos, condutores e demais materiais provenientes das intervenções.

5.12.2. Considerando que o **Paço Municipal permanecerá em funcionamento integral ou parcial durante a execução da obra**, a CONTRATADA deverá realizar a limpeza dos ambientes de forma contínua e compatível com o avanço dos serviços, evitando o acúmulo de poeira, resíduos ou materiais que possam prejudicar as atividades administrativas, a circulação ou a segurança dos servidores e usuários.

5.12.3. Ao término dos serviços em cada ambiente ou setor, a CONTRATADA deverá realizar a **limpeza e organização da área antes de sua liberação para uso**, removendo materiais, ferramentas, resíduos e demais elementos decorrentes da execução.

5.12.4. Pisos, paredes, forros, mobiliários, equipamentos e demais elementos existentes deverão ser devidamente protegidos durante a execução dos serviços. Eventuais danos decorrentes das atividades da CONTRATADA deverão ser reparados, recompostos ou substituídos às suas expensas, restabelecendo-se as condições existentes anteriormente à intervenção.

5.12.5. Durante a execução dos serviços deverão ser preservadas e mantidas desobstruídas as **áreas de circulação, acessos, corredores e rotas de fuga**, bem como mantidas visíveis e acessíveis as sinalizações e os equipamentos de segurança e combate a incêndio existentes no edifício.

5.12.6. O transporte de materiais, equipamentos e resíduos deverá ser realizado de maneira segura e organizada, evitando danos às instalações existentes e interferências desnecessárias no funcionamento dos setores administrativos.

5.12.7. Os resíduos provenientes da execução dos serviços deverão ser **acondicionados, armazenados temporariamente e destinados de forma adequada**, não sendo permitido seu acúmulo em corredores, escadas, acessos, áreas de atendimento ao público ou demais locais de circulação.

5.12.8. Ao término da obra, a CONTRATADA deverá realizar a **limpeza final de todas as áreas abrangidas pelos serviços**, removendo integralmente resíduos, sobras de materiais, poeira e demais sujidades decorrentes da execução, deixando os ambientes em condições adequadas de utilização.

5.13. DAS DEMAIS ORIENTAÇÕES:

5.13.1. A CONTRATADA deverá prever, instalar e manter barreiras, tapumes, faixas, isolamentos, sinalizações ou outros meios de proteção adequados às características

dos serviços, especialmente nas áreas em intervenção, indicando aos servidores, usuários e terceiros as condições de risco decorrentes dos trabalhos, de forma a prevenir acidentes e danos pessoais ou materiais.

5.13.2. Quando necessárias à manutenção do funcionamento do Paço Municipal durante a execução da obra, a CONTRATADA deverá executar as **ligações provisórias de energia elétrica, rede de dados e telefonia**, desde que tecnicamente viáveis e previamente autorizadas pela fiscalização, garantindo condições adequadas de segurança e funcionamento até a conclusão das intervenções definitivas.

5.13.3. O CONTRATANTE não disponibilizará ferramentas, equipamentos, materiais ou demais recursos necessários à execução dos serviços, cabendo à CONTRATADA providenciar todos os meios necessários ao cumprimento do objeto.

5.13.4. A guarda e conservação das ferramentas, equipamentos e materiais utilizados ou fornecidos pela CONTRATADA serão de sua exclusiva responsabilidade.

5.13.4.1. O CONTRATANTE não se responsabilizará por eventuais danos, perdas, furtos ou desaparecimentos de ferramentas, equipamentos ou materiais da CONTRATADA ocorridos em suas dependências.

5.13.5. Deverão ser utilizadas ferramentas e equipamentos apropriados a cada tipo de serviço, em adequadas condições de uso e segurança, operados por profissionais devidamente qualificados, capacitados ou habilitados, conforme a natureza da atividade e as normas aplicáveis.

5.13.6. A CONTRATADA deverá substituir qualquer produto, material, componente ou equipamento que não atenda às especificações dos projetos, memoriais descritivos, normas técnicas aplicáveis ou às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.13.7. Antes da aplicação ou instalação, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização, quando solicitado, **catálogos, fichas técnicas, certificados, amostras ou demais documentos necessários à comprovação das características dos materiais, componentes e equipamentos**, especialmente daqueles que integram as instalações elétricas, de dados e de telefonia.

5.13.8. Sempre que os projetos, memoriais descritivos ou demais documentos técnicos mencionarem determinada marca, modelo ou fabricante como referência, poderão ser aceitos produtos equivalentes, desde que apresentem **características técnicas e funcionais iguais ou superiores às especificadas**, observadas a compatibilidade com os sistemas projetados, qualidade, desempenho, durabilidade e atendimento às normas técnicas aplicáveis, mediante análise e aprovação prévia da fiscalização.

5.13.9. Quando julgar necessário, o CONTRATANTE poderá exigir a apresentação da relação de fabricantes e fornecedores, comprovantes de aquisição, certificados de conformidade, fichas técnicas e demais documentos que permitam verificar a procedência, qualidade e atendimento às especificações dos produtos, materiais e equipamentos empregados na obra.

5.13.10. A CONTRATADA deverá refazer, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas exclusivas expensas, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, os serviços, materiais ou componentes executados ou fornecidos em desacordo com as

especificações contratuais ou recusados pela fiscalização. Quando a irregularidade representar risco à segurança, comprometer o funcionamento das instalações ou interferir nas atividades do Paço Municipal, o CONTRATANTE poderá determinar **prazo inferior ou correção imediata**, conforme a gravidade da situação.

6. DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

6.1. Compete à CONTRATADA:

6.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

6.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.

6.1.3. Observar à legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional.

6.1.4. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus colaboradores no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ocorridos nas dependências do CONTRATANTE.

6.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de atos praticados por seus colaboradores de forma culposa ou dolosa, e mesmo omissão destes na execução dos serviços e nas rotinas estabelecidas no contrato, cujos efeitos impliquem em risco para a segurança ou prejuízo para o serviço, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização do CONTRATANTE no acompanhamento destas atividades.

6.1.6. Deverá apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, informações, esclarecimentos e comprovantes referentes ao pagamento de salários e benefícios, às apólices de seguro contra acidentes de trabalho e à quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, dentre outros, relativas aos seus colaboradores alocados na prestação dos serviços.

6.1.7. Deverá fornecer o adicional de insalubridade, de periculosidade e demais adicionais e gratificações aos seus colaboradores envolvidos na prestação dos serviços, de acordo com a convenção coletiva de trabalho e legislação pertinente.

6.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, consoante artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.

6.1.10. Compromete-se, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública.

6.1.11. É de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer tramitações e providências que se fizerem necessárias para obtenção de autorizações, alvarás, licenças e demais exigências similares junto à prefeitura do local dos serviços, assim como junto às concessionárias e demais órgãos oficiais, eventualmente necessárias para a execução dos serviços.

7. DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

7.1. Cabe ao CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, na figura da GESTÃO DO CONTRATO e dos FISCAIS DO CONTRATO.

7.1.2.1. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

8. DO MODELO DE GESTÃO, DE ACOMPANHAMENTO E DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

8.1. A gestão, a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual serão realizados por COMISSÃO DO CONTRATO, designada para esse fim.

8.1.1. O contrato será gerenciado e fiscalizado por servidores formalmente designados pela CONTRATADA aos quais caberá a observância do contrato, zelando para que o serviço seja prestado nos exatos termos pactuados.

8.1.2. A existência e a atuação do GESTOR ou do FISCAL DO CONTRATO em nada restringe a responsabilidade a que se obriga a CONTRATADA por força do contrato firmado com o CONTRATANTE.

8.1.3. Constatadas falhas ou irregularidades na execução do contrato, o FISCAL do contrato adotará as medidas pertinentes que o caso concreto exigir, não lhe sendo permitido dispor do direito/dever de comunicar ao GESTOR para, inclusive, impor penalidade prevista no Contrato e seus anexos, assegurado o amplo direito de defesa.

8.2. Compete à GESTÃO DO CONTRATO:

8.2.1. Conhecer as obrigações contratuais relativas à prestação dos serviços.

8.2.2. Emitir a Autorização para Início de Serviços.

8.2.3. Acompanhar a implantação do contrato, mediante reunião conjunta com os FISCAIS e a CONTRATADA, visando à gestão global da implantação.

8.2.4. Recepcionar e avaliar a documentação admissional, periódica e eventual dos colaboradores da CONTRATADA.

8.2.5. Instruir para apreciação eventuais pedidos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros.

8.2.6. Realizar a medição, em conjunto com os FISCAIS, e autorizar a emissão das notas fiscais.

8.2.7. Avaliar a documentação comprobatória e, estando regular a matéria perante a legislação em vigor, encaminhar para exame e pagamento.

8.2.8. Exigir da CONTRATADA os exames médicos, cursos/treinamentos, ficha de entrega de uniforme e equipamentos e demais documentos com validade/periodicidade determinada.

8.2.9. Solicitar à CONTRATADA, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual e anexar aos autos do

processo a correspondente cópia dos documentos que comprovem essas solicitações.

8.2.10. Oficiar a CONTRATADA e a seguradora, em assuntos de sua competência.

8.2.11. Propor o encaminhamento do processo para fins de aplicação de sanção administrava em caso de descumprimentos contratuais.

8.2.12. Verificar a regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

8.2.13. Manter os registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato.

8.3. Compete aos FISCAIS DO CONTRATO:

8.3.1. Conhecer as obrigações contratuais relativas à prestação dos serviços.

8.3.2. Auxiliar a GESTÃO DO CONTRATO na implantação do contrato.

8.3.3. Auxiliar a GESTÃO DO CONTRATO quando da entrega de documentos, materiais e equipamentos, quando da impossibilidade da GESTÃO DO CONTRATO.

8.3.4. Acompanhar os colaboradores da CONTRATADA, quando da impossibilidade da GESTÃO DO CONTRATO.

8.3.5. Emitir a guia de recolhimento do tributo municipal (ISS), com a inclusão no respectivo processo SEI, quando o caso.

8.3.6. Prestar demais atividades de apoio técnico e operacional, em assuntos de sua competência, à GESTÃO DO CONTRATO.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. DA MEDIÇÃO:

9.1.1. Após o término de cada etapa de execução contratual, nos termos do ANEXO D - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ou da sua última revisão, a CONTRATADA apresentará proposta de medição, que contemplará os quantitativos totais e os respectivos valores apurados, com base no ANEXO C - PLANILHA DE SERVIÇOS.

9.1.2. Recepcionada a proposta de medição, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, o CONTRATANTE:

9.1.2.1. Procederá à conferência dos quantitativos e dos valores apresentados na proposta de medição e, quando o caso, apontará valores relativos aos serviços não prestados por motivos de não execução, não possibilidade de recebimento ou outra justificativa a ser explanada.

9.1.3. Recepcionada a contra proposta de medição, a CONTRATADA:

9.1.3.1. Procederá à avaliação e, ocorrendo discordância, agendará reunião conjunta e presencial no local da execução contratual, visando definição de uma proposta de medição entre as partes.

9.1.4. Acordada entre as partes a proposta de medição, o CONTRATANTE:

9.1.4.1. Aprovará a medição;

9.1.4.2. Solicitará o encaminhamento das certidões e da documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista a seguir, além daquelas que entender pertinentes para a comprovação das obrigações trabalhistas:

9.1.4.2.1.Comprovação da ausência no rol de inscritos na Dívida Ativa do Município de Tapiraí;

9.1.4.2.2. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal do domicílio ou sede da CONTRATADA, ou outra equivalente, na forma da lei.
9.1.4.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
9.1.4.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
9.1.4.2.5. Relatório do FGTS Digital, acompanhado das guias e dos comprovantes de recolhimento.
9.1.4.2.6. Relatório e recibos do DCTFWeb, acompanhado dos documentos de arrecadação de receitas federais e dos comprovantes de recolhimento.
9.1.4.2.7. Cópia da folha de pagamento, ou documento equivalente, em que conste como tomador o CONTRATANTE, contendo nomes dos colaboradores, cargo, remuneração (discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias), descontos legais, salário-família, totalização por rubrica e resumo geral consolidado.
9.1.4.2.8. Comprovantes de depósito bancário dos salários e dos benefícios concedidos aos colaboradores, a que estiver obrigada por força de lei ou de norma coletiva do trabalho.

9.1.5. Recepcionada a comunicação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA deverá encaminhar a documentação mencionada no item anterior.
9.1.5.1. Excepcionalmente, conforme acordo entre as partes, poderá ser prorrogado o prazo por igual período.

9.1.6. Recepcionada a documentação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, o CONTRATANTE:
9.1.6.1. Realizará a conferência da documentação.
9.1.6.1.1. A apresentação parcial ou com incorreções interrompe a contagem do prazo, sendo reiniciada após a CONTRATADA realizar o envio da documentação complementar e prestar os esclarecimentos necessários.
9.1.6.2. Autorizará a emissão das Notas Fiscais/Faturas.
9.1.6.2.1. A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal e enviar ao CONTRATANTE em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação.

9.2. DO PAGAMENTO:

9.2.1. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA, contra o CONTRATANTE e encaminhadas à COMISSÃO DO CONTRATO, para a instrução do pagamento.

9.2.2. Recebidas as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos serviços prestados e estando a documentação em ordem, a COMISSÃO DO CONTRATO atestará as medições e as encaminhará para exame e pagamento, mediante emissão dos Atestados de Realização dos Serviços.

9.2.3. Os pagamentos serão realizados no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da emissão dos Atestados de Realização dos Serviços.

10. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. DA FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de certame licitatório, na modalidade Concorrência, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, modo de disputa Aberto, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. DO REGIME DE EXECUÇÃO:

10.2.1. O regime de execução do contrato será de Empreitada por Preço Global.

10.3. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

10.3.1. Respeitadas as demais condições legais, somente poderão participar do certame pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste instrumento e que apresentarem todos os documentos aqui exigidos.

10.3.2. Na contratação serão observados os critérios e os requisitos consignados na legislação, nos acordos coletivos, nos regulamentos e nas normas vigentes.

10.3.3. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar os seguintes requisitos:

10.3.4. Da Habilitação Jurídica:

10.3.4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.4.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor;

10.3.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.3.4.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

10.3.4.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.3.4.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.3.5. Da Qualificação Técnico-Profissional e da Qualificação Técnico-Operacional:

10.3.5.1. A Qualificação Técnico-Profissional deverá ser comprovada para cada um dos itens, nos seguintes termos:

10.3.5.1.1. Certidão de Registro de pessoa jurídica, em nome da licitante e dentro do prazo de validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

10.3.5.2. A Qualificação Técnico-Operacional deverá comprovar que a licitante executou serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, a saber:

10.3.5.2.1. Contratação de empresa especializada para a execução da obra de **reestruturação e adequação das instalações elétricas, de rede de dados e de telefonia do Paço Municipal de Tapiraí/SP**.

10.3.5.2.1.1. Para fins de comprovação da aptidão para a execução do serviço em questão, será exigida experiência por meio da apresentação de certidão(ões) ou de atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante e que demonstre o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste instrumento, indicando, como quantitativos:

a) execução de instalações elétricas de baixa tensão em edificações, contemplando instalação de condutores elétricos, em quantitativo mínimo de 2.935,00 m;

b) execução de infraestrutura de rede de dados/cabeamento estruturado em edificações, contemplando instalação de cabeamento de rede, em quantitativo mínimo de 1.835,00 m.

10.3.5.3. A comprovação a que se refere o subitem 10.3.5.2.1, acima, poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões válidas quanto dispuser a licitante.

10.3.5.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Prefeitura do Município de Tapiraí, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.3.6. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

10.3.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

10.3.6.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.6.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.3.6.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.6.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
10.3.6.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
10.3.6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;
10.3.6.9. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

10.3.7. Da Habilitação Econômico-Financeira:

10.3.7.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
10.3.7.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, evidenciando a boa situação financeira da empresa, mediante a comprovação de:
10.3.7.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
10.3.7.2.2. Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimativo para a contratação.
10.3.7.2.3. O atendimento dos índices econômicos previstos neste tópico deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante, nos termos do artigo 69, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3.8. Das Outras Comprovações:

10.3.8.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, atestando que:
a) Cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
b) No caso de utilização na execução do objeto deste instrumento de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto Estadual nº 66.819/2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
c) No caso de utilização na execução do objeto deste instrumento de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 67.409/2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
d) Tem ciência de que o descumprimento do Decreto Estadual nº 66.819/2022 ou do Decreto Estadual nº 67.409/2022 poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;
e) Compromete-se a cumprir o disposto na Lei Estadual nº 12.684/2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA MANUTENÇÃO DOS PREÇOS:

11.1. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

11.1.1. A estimativa do valor da contratação é de R$ 338.629,08 (trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oito centavos), conforme demonstrado nas planilhas orçamentárias e demais documentos constantes dos anexos deste Termo de Referência.

11.2. DO REAJUSTE:

11.2.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis, pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

11.2.2. Eventual reajuste de preços será calculado em conformidade com a legislação vigente e será processado com base na variação mensal acumulada do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ocorrida no período entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

11.3. DA COTAÇÃO DE PREÇOS:

11.3.1. Para cotação de preços, deverão ser considerados todos os materiais, ferramentas e mão de obra necessários para uma execução completa do serviço, que deverão estar inclusos e diluídos na planilha de serviços no respectivo item, caso não estiverem discriminados separadamente na planilha.

11.3.2. A intelecção dos serviços demandados se dá com a leitura em conjunto deste instrumento e de todos os seus ANEXOS.

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura do Município de Tapiraí.

12.2. A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros reservados na Funcional Programática: 04.122.0006.2009.0000 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FICHA 098

13. DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES:

13.1. No caso de inadimplemento das obrigações principais ou acessórias, a aplicação de penalidades obedecerá aos critérios fixados no Edital, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente.

14. DESCRIÇÕES, QUANTIDADE, PREÇOS REFERENCIAIS E REDUÇÕES MÍNIMAS

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
						Tabela Base:	CDHU Boletim 201 S/DES	
OBRA: Paço municipal							**LS:**	**128,23%**
ENDEREÇO: Rua Augusto Moritz, 305 - Tapiraí/SP							**BDI:**	**25,00%**
ITEM	**FONTE**	**CÓDIGO**	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**	**UNID**	**QUANT**	**VALOR UNITÁRIO SEM BDI**	**VALOR UNITÁRIO COM BDI**	**PREÇO TOTAL**
1.			**REFORMA - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 190.534,83**
1.1			**INFRAESTRUTURA ELÉTRICA - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 20.189,39**
1.1.1	CDHU	38.22.120	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 150x100 mm, com acessórios	M	50,00	R$ 144,36	R$ 180,45	R$ 9.022,50
1.1.2	CDHU	38.07.300	Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	6,00	R$ 46,05	R$ 57,56	R$ 345,36
1.1.3	CDHU	38.07.200	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 3/8´ (tirante)	M	100,00	R$ 16,72	R$ 20,90	R$ 2.090,00
1.1.4	CDHU	38.07.030	Grampo tipo ´C´ diâmetro 3/8`, com balancim tamanho grande	CJ	35,00	R$ 20,70	R$ 25,88	R$ 905,80
1.1.5	CDHU	38.07.134	Saída lateral simples, diâmetro de 1´	UN	20,00	R$ 11,87	R$ 14,84	R$ 296,80
1.1.6	CDHU	38.23.120	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x100 mm	UN	35,00	R$ 31,05	R$ 38,81	R$ 1.358,35
1.1.7	CDHU	38.23.210	Mão francesa simples, galvanizada a fogo, L= 200 mm	UN	8,00	R$ 29,22	R$ 36,53	R$ 292,24

1.1.8	CDHU	38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1´ com acessórios	M	80,00	R$ 57,34	R$ 71,68	R$ 5.734,40
1.1.9	CDHU	38.13.010	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 30 mm, com acessórios	M	6,00	R$ 7,28	R$ 9,10	R$ 54,60
1.1.10	CDHU	11.20.050	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	6,00	R$ 11,91	R$ 14,89	R$ 89,34
1.2			**READEQUAÇÃO AOS QUADROS NOVOS E SEPARAÇÃO ELÉTRICA DO ANDAR INFERIOR - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 1.630,40**
1.2.1	CDHU	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	300,00	R$ 2,80	R$ 3,50	R$ 1.050,00
1.2.2	CDHU	B.01.000.010115	Eletricista	H	32,00	R$ 14,51	R$ 18,14	R$ 580,40
1.3			**CABEAMENTO - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 121.066,63**
1.3.1	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	150,00	R$ 38,73	R$ 48,41	R$ 7.261,88
1.3.2	CDHU	39.21.070	Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	130,00	R$ 27,40	R$ 34,25	R$ 4.452,50
1.3.3	CDHU	39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	350,00	R$ 5,12	R$ 6,40	R$ 2.240,00

1.3.4	CDHU	39.03.170	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C	M	2.620,00	R$ 4,79	R$ 5,99	R$ 15.687,25
1.3.5	CDHU	39.18.120	Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares - categoria 6A	M	2.100,00	R$ 27,40	R$ 34,25	R$ 71.925,00
1.3.6	CDHU	39.11.190	Cabo telefônico CCE-APL, com 4 pares de 0,50 mm, para conexões em rede externa	M	1.500,00	R$ 10,34	R$ 12,93	R$ 19.387,50
1.3.7	MERCADO		Cabo HDMI com conector, 8 metros	UN	2,00	R$ 45,00	R$ 56,25	R$ 112,50
1.4			**TOMADAS E INTERRUPTORES - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 20.934,39**
1.4.1	CDHU	40.04.470	Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo	CJ	67,00	R$ 49,28	R$ 61,60	R$ 4.127,20
1.4.2	CDHU	40.04.480	Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	4,00	R$ 43,44	R$ 54,30	R$ 217,20
1.4.3	CDHU	40.05.080	Interruptor paralelo com 1 tecla e placa	CJ	2,00	R$ 33,83	R$ 42,29	R$ 84,58
1.4.4	CDHU	40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	CJ	8,00	R$ 31,13	R$ 38,91	R$ 311,30
1.4.5	CDHU	40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	CJ	15,00	R$ 29,55	R$ 36,94	R$ 554,06
1.4.6	CDHU	40.04.096	Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa	UN	36,00	R$ 90,13	R$ 112,66	R$ 4.055,85
1.4.7	CDHU	40.04.090	Tomada RJ 11 para telefone, sem placa	UN	20,00	R$ 46,45	R$ 58,06	R$ 1.161,25
1.4.8	CDHU	40.06.060	Condulete metálico de 1´	CJ	152,00	R$ 53,47	R$ 66,84	R$ 10.159,30

1.4.9	CDHU	40.02.010	Caixa de tomada em alumínio para piso 4´ x 4´	UN	2,00	R$ 87,44	R$ 109,30	R$ 218,60
1.4.10	CDHU	40.02.040	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 150 x 150 x 80 mm	UN	1,00	R$ 36,04	R$ 45,05	R$ 45,05
1.5			**QUADROS E DISJUNTORES - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 26.714,03**
1.5.1	CDHU	66.08.100	Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm	UN	1,00	R$ 1.307,36	R$ 1.634,20	R$ 1.634,20
1.5.2	CDHU	37.02.060	Quadro Telebrás de sobrepor de 400 x 400 x 120 mm	UN	1,00	R$ 234,09	R$ 292,61	R$ 292,61
1.5.3	CDHU	37.04.280	Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 44 DIN / 32 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	4,00	R$ 1.148,30	R$ 1.435,38	R$ 5.741,50
1.5.4	CDHU	37.10.010	Barramento de cobre nu	KG	20,00	R$ 150,14	R$ 187,68	R$ 3.753,50
1.5.5	CDHU	37.20.080	Barra de neutro e/ou terra	UN	16,00	R$ 38,85	R$ 48,56	R$ 777,00
1.5.6	CDHU	37.24.032	Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, Imax. de surto 50 até 80 kA	UN	16,00	R$ 157,14	R$ 196,43	R$ 3.142,80
1.5.7	CDHU	37.17.110	Dispositivo diferencial residual de 100 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00	R$ 347,37	R$ 434,21	R$ 1.736,85
1.5.8	CDHU	37.17.090	Dispositivo diferencial residual de 63 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00	R$ 386,49	R$ 483,11	R$ 1.932,45
1.5.9	CDHU	37.13.600	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	UN	33,00	R$ 28,31	R$ 35,39	R$ 1.167,79

1.5.10	CDHU	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	UN	9,00	R$ 172,90	R$ 216,13	R$ 1.945,13
1.5.11	CDHU	37.13.660	Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	UN	6,00	R$ 266,01	R$ 332,51	R$ 1.995,08
1.5.12	CDHU	39.10.050	Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²	UN	66,00	R$ 5,43	R$ 6,79	R$ 447,98
1.5.13	CDHU	39.10.060	Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²	UN	36,00	R$ 16,01	R$ 20,01	R$ 720,45
1.5.14	CDHU	39.10.080	Terminal de pressão/compressão para cabo de 16 mm²	UN	24,00	R$ 16,89	R$ 21,11	R$ 506,70
1.5.15	CDHU	39.09.020	Conector split-bolt para cabo de 25 mm², latão, simples	UN	50,00	R$ 14,72	R$ 18,40	R$ 920,00
2.			**REFORMA - TERREO**					**R$ 148.068,79**
2.1			**INFRAESTRUTURA ELÉTRICA - TERREO**					**R$ 24.669,13**
2.1.1	CDHU	38.22.120	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 150x100 mm, com acessórios	M	50,00	R$ 144,36	R$ 180,45	R$ 9.022,50
2.1.2	CDHU	38.07.300	Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	50,00	R$ 46,05	R$ 57,56	R$ 2.878,00
2.1.3	CDHU	38.07.200	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 3/8´ (tirante)	M	100,00	R$ 16,72	R$ 20,90	R$ 2.090,00
2.1.4	CDHU	38.07.030	Grampo tipo ´C´ diâmetro 3/8`, com balancim tamanho grande	CJ	35,00	R$ 20,70	R$ 25,88	R$ 905,80
2.1.5	CDHU	38.07.134	Saída lateral simples, diâmetro de 1´	UN	16,00	R$ 11,87	R$ 14,84	R$ 237,44

2.1.6	CDHU	38.23.120	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x100 mm	UN	35,00	R$ 31,05	R$ 38,81	R$ 1.358,35
2.1.7	CDHU	38.23.210	Mão francesa simples, galvanizada a fogo, L= 200 mm	UN	8,00	R$ 29,22	R$ 36,53	R$ 292,24
2.1.8	CDHU	38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1´ com acessórios	M	110,00	R$ 57,34	R$ 71,68	R$ 7.884,80
2.2			**READEQUAÇÃO AOS QUADROS NOVOS E SEPARAÇÃO ELÉTRICA DO ANDAR INFERIOR - TERREO**					**R$ 1.630,40**
2.2.1	CDHU	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	300,00	R$ 2,80	R$ 3,50	R$ 1.050,00
2.2.2	CDHU	B.01.000.010115	Eletricista	H	32,00	R$ 14,51	R$ 18,14	R$ 580,40
2.3			**CABEAMENTO - TERREO**					**R$ 90.305,13**
2.3.1	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	180,00	R$ 38,73	R$ 48,41	R$ 8.714,25
2.3.2	CDHU	39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	160,00	R$ 5,12	R$ 6,40	R$ 1.024,00
2.3.3	CDHU	39.21.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	100,00	R$ 6,98	R$ 8,73	R$ 872,50
2.3.4	CDHU	39.03.170	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C	M	3.250,00	R$ 4,79	R$ 5,99	R$ 19.459,38

2.3.5	CDHU	39.18.120	Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares - categoria 6A	M	1.570,00	R$ 27,40	R$ 34,25	R$ 53.772,50
2.3.6	CDHU	39.11.190	Cabo telefônico CCE-APL, com 4 pares de 0,50 mm, para conexões em rede externa	M	500,00	R$ 10,34	R$ 12,93	R$ 6.462,50
2.4			**TOMADAS E INTERRUPTORES - TERREO**					**R$ 15.580,84**
2.4.1	CDHU	40.04.470	Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo	CJ	33,00	R$ 49,28	R$ 61,60	R$ 2.032,80
2.4.2	CDHU	40.04.480	Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	1,00	R$ 43,44	R$ 54,30	R$ 54,30
2.4.3	CDHU	40.05.020	Interruptor simples com 1 tecla e placa	CJ	17,00	R$ 33,48	R$ 41,85	R$ 711,45
2.4.4	CDHU	40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	CJ	8,00	R$ 31,13	R$ 38,91	R$ 311,30
2.4.5	CDHU	40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	CJ	29,00	R$ 29,55	R$ 36,94	R$ 1.071,19
2.4.6	CDHU	40.04.096	Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa	UN	21,00	R$ 90,13	R$ 112,66	R$ 2.365,91
2.4.7	CDHU	40.04.090	Tomada RJ 11 para telefone, sem placa	UN	14,00	R$ 46,45	R$ 58,06	R$ 812,88
2.4.8	CDHU	40.06.060	Condulete metálico de 1´	CJ	123,00	R$ 53,47	R$ 66,84	R$ 8.221,01
2.5			**QUADROS E DISJUNTORES - TERREO**					**R$ 15.883,30**
2.5.1	CDHU	66.08.100	Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm	UN	1,00	R$ 1.307,36	R$ 1.634,20	R$ 1.634,20

2.5.2	CDHU	37.02.060	Quadro Telebrás de sobrepor de 400 x 400 x 120 mm	UN	1,00	R$ 234,09	R$ 292,61	R$ 292,61
2.5.3	CDHU	37.04.280	Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 44 DIN / 32 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	2,00	R$ 1.148,30	R$ 1.435,38	R$ 2.870,75
2.5.4	CDHU	37.10.010	Barramento de cobre nu	KG	10,00	R$ 150,14	R$ 187,68	R$ 1.876,75
2.5.5	CDHU	37.20.080	Barra de neutro e/ou terra	UN	8,00	R$ 38,85	R$ 48,56	R$ 388,50
2.5.6	CDHU	37.24.032	Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, Imax. de surto 50 até 80 kA	UN	12,00	R$ 157,14	R$ 196,43	R$ 2.357,10
2.5.7	CDHU	37.17.110	Dispositivo diferencial residual de 100 A x 30 mA - 4 polos	UN	3,00	R$ 347,37	R$ 434,21	R$ 1.302,64
2.5.8	CDHU	37.13.600	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	UN	20,00	R$ 28,31	R$ 35,39	R$ 707,75
2.5.9	CDHU	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	UN	7,00	R$ 172,90	R$ 216,13	R$ 1.512,88
2.5.10	CDHU	39.10.050	Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²	UN	80,00	R$ 5,43	R$ 6,79	R$ 543,00
2.5.11	CDHU	39.10.060	Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²	UN	50,00	R$ 16,01	R$ 20,01	R$ 1.000,63
2.5.12	CDHU	39.10.080	Terminal de pressão/compressão para cabo de 16 mm²	UN	40,00	R$ 16,89	R$ 21,11	R$ 844,50
2.5.13	CDHU	39.09.020	Conector split-bolt para cabo de 25 mm², latão, simples	UN	30,00	R$ 14,72	R$ 18,40	R$ 552,00
VALOR TOTAL COM BDI								**R$ 338.629,08**

15. DOS ANEXOS:

15.1. O presente Termo de Referência é composto pelos seguintes anexos:

15.1.1. ANEXO A – MEMORIAL DESCRITIVO;

15.1.2. ANEXO B - DESENHOS TÉCNICOS;

15.1.3. ANEXO C - PLANILHA DE SERVIÇOS E ORÇAMENTOS;

15.1.4. ANEXO D - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;

ANEXO A

MEMORIAL DESCRITIVO

Obra: Reestruturação e adequação das instalações elétricas, de rede de dados e de telefonia do Paço Municipal de Tapiraí/SP
Local: Paço Municipal - Tapiraí / SP

CONSIDERAÇÕES GERAIS:

1. *Nenhuma alteração nos projetos, detalhes, especificações ou serviços previstos deverá ser executada sem prévia autorização da fiscalização e do Responsável Técnico competente;*
2. *Em caso de divergência entre projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias ou demais documentos técnicos, a fiscalização e o Responsável Técnico deverão ser consultados antes da execução do serviço;*
3. *Todos os trabalhadores envolvidos deverão utilizar os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva aplicáveis às atividades, observando as Normas Regulamentadoras vigentes, especialmente a NR 10 para serviços em instalações elétricas;*
4. *Os serviços deverão ser planejados e executados por etapas, considerando que o Paço Municipal permanecerá em funcionamento integral ou parcial, devendo ser preservadas a segurança dos servidores, usuários e demais pessoas que circulem pelo edifício;*
5. *Os quantitativos dos serviços deverão observar as planilhas orçamentárias correspondentes ao Piso 01 e Piso 02, bem como os projetos e demais documentos técnicos integrantes da contratação.*

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

1 – REFORMA – PRIMEIRO ANDAR

1.1 - INFRAESTRUTURA ELÉTRICA – PRIMEIRO ANDAR

1.1.1 Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 150x100 mm, com acessórios

1) Será medido pelo comprimento total, aferido pelo eixo das eletrocalhas instaladas, considerando-se inclusive as deflexões de curvas, tês, reduções, etc. (m).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de eletrocalha perfurada tipos U ou C, sem tampa, 150 x 100 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo; referência comercial Mopa ou equivalente. Não remunera o fornecimento e instalação de suportes ou mãos francesas e tirantes.

1.1.2 Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios

1) Será medido pelo comprimento de perfilados instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de perfilado perfurado, de 38 x 38 mm, chapa 14, com revestimento pré-zincada, fabricação Mopa, ou Real Perfil ou equivalente; remunera também acessórios para fixação ou reforço das peças entre si, como juntas, talas, cantoneiras, abraçadeiras, etc.

1.1.3 Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 3/8´ (tirante)

1) Será medido pelo comprimento de tirante instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento de tirante, constituído por: vergalhão de aço galvanizado a fogo, com rosca total, de 3/8, porcas de 3/8 e arruelas lisas; suspensão, ou cantoneira ZZ, para a fixação do tirante ao teto, fabricação Mopa, ou Real Perfil ou equivalente; materiais acessórios e a mão-de obra necessária para a instalação completa do tirante.

1.1.4 Grampo tipo ´C´ diâmetro 3/8`, com balancim tamanho grande

1) Será medido por conjunto de grampo C 3/8 com balancim tamanho grande (cj).

2) O item remunera o fornecimento do conjunto de grampo C Ø 3/8 com balancim tamanho grande em aço galvanizado, com parafuso e porca Ø 3/8, materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para instalação do conjunto. Referência comercial: BF-078 + BF-081 da Bandeirantes; RP 2033 + RP 2034 da Real Perfil ou equivalente.

1.1.5 Saída lateral simples, diâmetro de 1´

1) Será medido por unidade de saída lateral instalada (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de saída lateral simples para eletrocalha, com diâmetro de 1. Referência comercial: VL.33 da Valemam, 2982.1.F da Mega Apoio ou equivalente.

1.1.6 Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x100 mm

1) Será medido por unidade de suporte instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de suporte para eletrocalha, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo, de 150 x 100 mm, tipo vertical, ou tipo horizontal, fabricação Mopa, ou Valemam, ou equivalente; não remunera o fornecimento de tirante, ou cabo de aço para a suspensão.

1.1.7 Mão francesa simples, galvanizada a fogo, L= 200 mm

1) Será medido por unidade de mão francesa instalada (un).

2) O item remunera o fornecimento de mão francesa, tipo simples, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo, largura de 200 mm, fabricação Mopa, ou Valemam, ou equivalente; remunera também o fornecimento de materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para a instalação da mão francesa sobre canaletas expostas, ou embutidas no concreto, ou fixadas na parede por meio de chumbadores.

1.1.8 Eletroduto galvanizado conforme NBR13057- 1´ com acessórios

1) Será medido pelo comprimento de tubulação instalada (m).

2) O item remunera o fornecimento e a instalação de eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 1”, costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Este item remunera também todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão-de-obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reaterro apiloado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.

1.1.9 Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 30 mm, com acessórios

1) Será medido pelo comprimento de tubulação instalada (m).

2) O item remunera o fornecimento de dutos, com diâmetro nominal de 30 mm, em polietileno de alta densidade (PEAD), corrugado helicoidal, flexível, isolante e resistente a agentes químicos, para instalações de cabos subterrâneos em redes de energia, ou telecomunicações. Remunera também a mão de obra e os acessórios necessários para instalação como: gabarito; tampões terminais; conexões; cones; anéis de fixação; anéis de vedação; arame galvanizado para servir de guia à enfiação, inclusive nas tubulações secas, massa de calefação e fita de aviso perigo; referência comercial: Kanalex-KL da Kanaflex ou equivalente. Norma técnica: NBR 15715. Não remunera os serviços de escavação.

1.1.10 Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos

1) Será medido pelo comprimento total de juntas serradas (m).

2) O item remunera o fornecimento de equipamento e a mão de obra necessária para a execução de corte de juntas por meio de serra de discos diamantados, na largura mínima de 3 mm, e profundidade mínima de 3 cm, em pisos de concreto ou de alta resistência.

1.2 – READEQUAÇÃO AOS QUADROS NOVOS E SEPARAÇÃO ELÉTRICA DO ANDAR INFERIOR – PRIMEIRO ANDAR

1.2.1 Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm

1) Será medido por comprimento de condutor retirado (m).

2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária para a remoção completa de condutor embutido, com diâmetro nominal externo até 6,5 mm; remunera também a seleção e a guarda do material reaproveitável.

1.2.2 Eletricista

1) Será medido por hora trabalhada.

2) O item utilizará a hora do eletricista para readequação da iluminação do andar superior, retirando do atual quadro e realocando nos novos quadros, o mais próximo possível. Bem como irá fazer a separação elétrica do andar inferior e superior, procedendo o corte e remoção de cabos.

1.3 – CABEAMENTO – PRIMEIRO ANDAR

1.3.1 Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV- isolação HEPR 90°C

1) Será medido por comprimento de cabo instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento de cabo formado por fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, encordoamento flexível classe 5, isolação em composto termofixo HEPR 90º e cobertura composta com termoplástico PVC-ST2 (halogenado), conforme norma NBR 7286; remunera também materiais e a mão de obra necessária para a enfiação e instalação do cabo.

1.3.2 Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV- isolação HEPR 90°C

1) Será medido por comprimento de cabo instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento de cabo formado por fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, encordoamento flexível classe 5, isolação em composto termofixo HEPR 90º e cobertura composta com termoplástico PVC-ST2 (halogenado), conforme norma NBR 7286; remunera também materiais e a mão de obra necessária para a enfiação e instalação do cabo.

1.3.3 Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV- isolação HEPR 90°C

1) Será medido por comprimento de cabo instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento de cabo formado por fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, encordoamento flexível classe 5, isolação em composto termofixo HEPR 90º e cobertura composta com termoplástico PVC-ST2 (halogenado), conforme norma

NBR 7286; remunera também materiais e a mão de obra necessária para a enfiação e instalação do cabo.

1.3.4 Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV- isolação em PVC 70°C

1) Será medido por comprimento de cabo instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento de cabo de cobre eletrolítico de alta condutibilidade, revestimento termoplástico em PVC para isolação de temperatura até 70ºC e nível de isolamento para tensões de 600 V até 1.000 V; remunera também materiais e a mão-de-obra necessária para a enfiação e instalação do cabo.

1.3.5 Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares- categoria 6A

1) Será medido pelo comprimento de cabo instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento de cabos para rede 23 AWG com 4 pares não blindado, categoria 6 A, referência Furukawa Gigalan Augmented ou equivalente desde que o fabricante apresente certificado ISO 9001 / 2000; deverá ser constituído por: condutores de cobre sólido, capa externa em PVC não propagante a chama, identificação nas veias dos pares, marcação na capa externa seqüencial do comprimento em metros; deverá ser fornecido em caixas tipo FAST BOX e deverá possuir Certificação UL e de acordo com a ANSI / TIA-568-C.2 para Categoria 6 A; remunera também o fornecimento de mão de obra e ferramentas necessárias para o lançamento dos cabos.

1.3.6 Cabo telefônico CCE-APL, com 4 pares de 0,50 mm, para conexões em rede externa

1) Será medido por comprimento de cabo instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de cabo telefônico, tipo CCE-APL de acordo com a especificação TELEBRÁS, com 4 pares de 0,50 mm, em cobre nu, isolação em polietileno ou polipropileno e capa externa tipo APL, para conexões telefônicas externas em instalações aéreas ou subterrâneas.

1.3.7 Cabo HDMI com conector, 8 metros

1) Será medido por unidade de cabo instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de cabo HDMI com 8 metros de comprimento em tubulação e caixas instalada.

1.4 – TOMADAS E INTERRUPTORES – PRIMEIRO ANDAR

1.4.1 Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo

1) Será medido por conjunto de tomadas instalado (cj).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de conjunto de 2 (duas) tomadas de 10 A- 250V, 2P + T; com placa, haste, contatos de prata e componentes de função elétrica

em liga de cobre. Referência comercial: 054345 da Pial Legrand ou equivalente. Norma técnica: NBR 14136.

1.4.2 Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo

1) Será medido por conjunto de interruptor com tomada instalado (cj).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de conjunto de 1 (um) interruptor simples e 1 (uma) tomada de 10 A- 250V, 2P + T; com placa, haste, contatos de prata e componentes de função elétrica em liga de cobre. Referência comercial: 054346 da Pial Legrand ou equivalente. Norma técnica: NBR 14136.

1.4.3 Interruptor paralelo com 1 tecla e placa

1) Será medido por conjunto de interruptor instalado (cj). Critério de Medição e Remuneração 201

2) O item remunera o fornecimento e instalação de interruptor paralelo de embutir, com uma tecla fosforescente; referência comercial Tramontina, Pial Legrand, Schneider Electric ou equivalente; remunera também a placa/espelho correspondente.

1.4.4 Tomada 2P+T de 20 A- 250 V, completa

1) Será medido por conjunto de tomada instalada (cj).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de tomada de 20 A- 250V, 2P + T; com placa, haste, contatos de prata e componentes de função elétrica em liga de cobre. Referência comercial: 054344 da Pial Legrand ou equivalente. Norma técnica: NBR 14136.

1.4.5 Tomada 2P+T de 10 A- 250 V, completa

1) Será medido por conjunto de tomada instalada (cj). Critério de Medição e Remuneração 201

2) O item remunera o fornecimento e instalação de tomada de 10 A- 250V, 2P + T, com placa, haste, contatos de prata e componentes de função elétrica em liga de cobre. Referência comercial: 054343 da Pial Legrand ou equivalente. Norma técnica: NBR 14136.

1.4.6 Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa

1) Será medido por unidade de tomada instalada (un). Critério de Medição e Remuneração 201

2) O item remunera o fornecimento e instalação de tomada para rede de dados, tipo RJ 45, com placa; referência comercial Belize fabricação Alumbra ou equivalente.

1.4.7 Tomada RJ 11 para telefone, sem placa

1) Será medido por unidade de tomada instalada (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de tomada para telefone, tipo RJ11 fêmea, referência 099 96 da Pial, ou equivalente; não remunera o espelho correspondente.

1.4.8 Condulete metálico de 1´

1) Será medido por conjunto de condulete instalado (cj).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de condulete, constituído por: corpo e tampa em alumínio silício de alta resistência mecânica, injetado ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 1, ou incorporar equipamentos como tomadas, interruptores sejam eles de energia, telefonia ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa tipo cega ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior; referência comercial Daisa, Conduletzel da Wetzel ou equivalente.

1.4.9 Caixa de tomada em alumínio para piso 4´ x 4´

1) Será medido por unidade de caixa de tomada instalada (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de caixa de tomada em alumínio para piso de 4 x 4, com saída de 3/4 ou 1; anel e parafusos de regulagem para fixação da placa, altura mínima de 45 mm; referência comercial Tramontina, Stamplac, Olivo ou equivalente. Remunera também a regulagem para o nivelamento da placa no piso.

1.4.10 Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 150 x 150 x 80 mm

1) Será medido por unidade de caixa de passagem instalada (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de caixa de passagem de sobrepor, medidas aproximadas de 150x150x80mm, em chapa de aço nº 20, acabamento galvanizado, interna e externamente, com tampa fixada por meio de parafusos.

1.5 – QUADROS E DISJUNTORES – PRIMEIRO ANDAR

1.5.1 Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm

1) Será medido por unidade de rack instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de rack para os equipamentos de gravação, fontes e distribuição constituído por: rack fechado padrão metálico 19 x 12Us x 470 mm, em chapa de aço SAE 1010/1020, estrutura parafusada, porta em acrílico/vidro, laterais e fundo removíveis, venezianas laterais para ventilação forçada superior, com dois ventiladores no mínimo e chave réguas de tomadas, para ligação dos equipamentos.

1.5.2 Quadro Telebrás de sobrepor de 400 x 400 x 120 mm

1) Será medido por unidade de quadro instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento do quadro de sobrepor padrão Telebrás em chapa, nas medidas externas 400 x 400 x 120 mm, com fundo de madeira, sem componentes;

referência comercial Lintermani ou equivalente. Remunera também materiais acessórios para a fixação e a mão de obra necessária para a instalação completa do quadro.

1.5.3 Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 44 DIN / 32 Bolt-on- 150 A- sem componentes

1) Será medido por unidade de quadro instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento de quadro de distribuição universal de sobrepor em chapa de aço tratada com pintura eletrostática epóxi a pó para disjuntores 44 DIN / 32 BOLT-ON e barramento bifásico ou trifásico, corrente nominal de 150A, composto por caixa, placa de montagem, espelho, tampa com fecho e suporte ou trilho para fixação de disjuntores; abertura ampliada na parte superior do espelho para até 11 módulos; remunera também o fornecimento de materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação completa do quadro, modelo QDSTG-U-II Universal, referência 904510 da Cemar ou equivalente; não remunera o fornecimento dos disjuntores, nem de barramento com acessórios.

1.5.4 Barramento de cobre nu

1) Será medido pelo peso nominal das barras nas bitolas constantes no projeto de elétrica (kg).

2) O item remunera o fornecimento e instalação completa de barramento em lâmina chata de cobre eletrolítico nu, nas várias bitolas de acordo com a corrente nominal especificada em projeto.

1.5.5 Barra de neutro e/ou terra

1) Será medido por unidade de barra de neutro e/ ou terra instalada (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de barra de neutro e/ou terra com parafusos isolantes e capacidade de 4 até 12 fios.

1.5.6 Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, Imax. de surto 50 até 80 kA

1) Será medido por unidade de supressor de surto instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação completa de supressor de surto para proteção de entrada elétrica ou painel de distribuição contra surtos e transientes de sobretensão em rede de corrente alternada, ou contínua, com as características: instalação em paralelo a rede elétrica; varistores múltiplos de óxido metálico; tensão de trabalho 175 / 275 V, para corrente alternada, ou 230 / 360 V, para corrente contínua, corrente nominal de surto maior ou igual a 20 kA (onda 8 / 20 µs por fase); corrente máxima de surto de 50 kA até 80 kA (onda 8 / 20 µs por fase), conforme o fabricante; tempo de resposta dos componentes menor ou igual a 25 nano segundos; temperatura operacional de (-) 40º C até (+) 85º C; referência comercial Spw275-60 da Weg, VCl-Slim 60KA da Clamper, LK385 80KA da Lukma ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do supressor.

1.5.7 Dispositivo diferencial residual de 100 A x 30 mA- 4 polos

1) Será medido por unidade de dispositivo instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de dispositivo diferencial residual (interruptor de corrente de fuga) de 100A x 30 mA, com 4 pólos, referência BPC 4100/030 da GE, 30-100-4 da Weg, SDR-049031 da Steck, ou equivalente.

1.5.8 Dispositivo diferencial residual de 63 A x 30 mA- 4 polos

1) Será medido por unidade de dispositivo instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de dispositivo diferencial residual (interruptor de corrente de fuga) de 63A x 30 mA, com 4 pólos, referência BPA 463/030 da GE, ou 5 SM1 346-0 MB daSiemens, ou equivalente.

1.5.9 Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A

1) Será medido por unidade de disjuntor instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento de disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, unipolar, modelos com correntes variáveis de 10 A até 30 A e tensão de 127 / 220 V, conforme selo de conformidade do INMETRO; referência comercial DQE 1030 da Eletromar, ASM1 da Soprano, Fame, Cuttler Hammer ABB ou equivalente; remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado. Não remunera o fornecimento do suporte.

1.5.10 Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A

1) Será medido por unidade de disjuntor instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento de disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, bipolar, modelos com correntes variáveis de 10 A até 50 A e tensão de 220 / 380 V, conforme selo de conformidade do INMETRO da Pial Legrand, Eletromar / Cuttler Hammer, Soprano, Lorenzetti, ABB ou equivalente; remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado. Não remunera o fornecimento do suporte.

1.5.11 Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A

1) Será medido por unidade de disjuntor instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento de disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, tripolar, modelos com correntes variáveis de 60 A até 100 A e tensão de 220 / 380 V, conforme selo de conformidade do INMETRO para os modelos de 60 A da Pial Legrand, Eletromar / Cuttler Hammer, Soprano, Lorenzetti, ABB ou equivalente; remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado. Não remunera o fornecimento do suporte.

1.5.12 Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²

1) Será medido por unidade de terminal instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de terminal de compressão, inclusive materiais acessórios, para cabo de 2,5 mm².

1.5.13 Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²

1) Será medido por unidade de terminal instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de terminal de pressão ou compressão, inclusive materiais acessórios, para cabos de 6 mm² até 10 mm².

1.5.14 Terminal de pressão/compressão para cabo de 16 mm²

1) Será medido por unidade de terminal instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de terminal de pressão ou compressão, inclusive materiais acessórios, para cabo de 16 mm².

1.5.15 Conector split-bolt para cabo de 25 mm², latão, simples

1) Será medido por unidade de conector instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de conector simples de 25 mm², tipo SPLITBOLT, em latão, para cabo.

2 – REFORMA - TERREO

2.1 - INFRAESTRUTURA ELÉTRICA

2.1.1 Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 150x100 mm, com acessórios

1) Será medido pelo comprimento total, aferido pelo eixo das eletrocalhas instaladas, considerando-se inclusive as deflexões de curvas, tês, reduções, etc. (m).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de eletrocalha perfurada tipos U ou C, sem tampa, 150 x 100 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo; referência comercial Mopa ou equivalente. Não remunera o fornecimento e instalação de suportes ou mãos francesas e tirantes.

2.1.2 Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios

1) Será medido pelo comprimento de perfilados instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de perfilado perfurado, de 38 x 38 mm, chapa 14, com revestimento pré-zincada, fabricação Mopa, ou Real Perfil ou equivalente; remunera também acessórios para fixação ou reforço das peças entre si, como juntas, talas, cantoneiras, abraçadeiras, etc.

2.1.3 Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 3/8´ (tirante)

1) Será medido pelo comprimento de tirante instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento de tirante, constituído por: vergalhão de aço galvanizado a fogo, com rosca total, de 3/8, porcas de 3/8 e arruelas lisas; suspensão, ou cantoneira ZZ, para a fixação do tirante ao teto, fabricação Mopa, ou Real Perfil ou equivalente; materiais acessórios e a mão-de obra necessária para a instalação completa do tirante.

2.1.4 Grampo tipo ´C´ diâmetro 3/8`, com balancim tamanho grande

1) Será medido por conjunto de grampo C 3/8 com balancim tamanho grande (cj).

2) O item remunera o fornecimento do conjunto de grampo C Ø 3/8 com balancim tamanho grande em aço galvanizado, com parafuso e porca Ø 3/8, materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para instalação do conjunto. Referência comercial: BF-078 + BF-081 da Bandeirantes; RP 2033 + RP 2034 da Real Perfil ou equivalente.

2.1.5 Saída lateral simples, diâmetro de 1´

1) Será medido por unidade de saída lateral instalada (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de saída lateral simples para eletrocalha, com diâmetro de 1. Referência comercial: VL.33 da Valemam, 2982.1.F da Mega Apoio ou equivalente.

2.1.6 Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x100 mm

1) Será medido por unidade de suporte instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de suporte para eletrocalha, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo, de 150 x 100 mm, tipo vertical, ou tipo horizontal, fabricação Mopa, ou Valemam, ou equivalente; não remunera o fornecimento de tirante, ou cabo de aço para a suspensão.

2.1.7 Mão francesa simples, galvanizada a fogo, L= 200 mm

1) Será medido por unidade de mão francesa instalada (un).

2) O item remunera o fornecimento de mão francesa, tipo simples, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo, largura de 200 mm, fabricação Mopa, ou Valemam, ou equivalente; remunera também o fornecimento de materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para a instalação da mão francesa sobre canaletas expostas, ou embutidas no concreto, ou fixadas na parede por meio de chumbadores.

2.1.8 Eletroduto galvanizado conforme NBR13057- 1´ com acessórios

1) Será medido pelo comprimento de tubulação instalada (m).

2) O item remunera o fornecimento e a instalação de eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 1”, costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Este item remunera também todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão-de-obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reaterro apiloado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.

2.2 – READEQUAÇÃO AOS QUADROS NOVOS E SEPARAÇÃO ELÉTRICA DO ANDAR INFERIOR

2.2.1 Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm

1) Será medido por comprimento de condutor retirado (m).

2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária para a remoção completa de condutor embutido, com diâmetro nominal externo até 6,5 mm; remunera também a seleção e a guarda do material reaproveitável.

2.2.2 Eletricista

1) Será medido por hora trabalhada.

2) O item utilizará a hora do eletricista para readequação da iluminação do andar superior, retirando do atual quadro e realocando nos novos quadros, o mais próximo possível. Bem como irá fazer a separação elétrica do andar inferior e superior, procedendo o corte e remoção de cabos.

2.3 – CABEAMENTO

2.3.1 Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV- isolação HEPR 90°C

1) Será medido por comprimento de cabo instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento de cabo formado por fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, encordoamento flexível classe 5, isolação em composto termofixo HEPR 90º e cobertura composta com termoplástico PVC-ST2 (halogenado), conforme norma NBR 7286; remunera também materiais e a mão de obra necessária para a enfiação e instalação do cabo.

2.3.2 Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV- isolação HEPR 90°C

1) Será medido por comprimento de cabo instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento de cabo formado por fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, encordoamento flexível classe 5, isolação em composto termofixo HEPR 90º e cobertura composta com termoplástico PVC-ST2 (halogenado), conforme norma NBR 7286; remunera também materiais e a mão de obra necessária para a enfiação e instalação do cabo.

2.3.3 Cabo de cobre flexível de 6 mm², isolamento 0,6/1kV- isolação HEPR 90°C

1) Será medido por comprimento de cabo instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento de cabo formado por fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, encordoamento flexível classe 5, isolação em composto termofixo HEPR 90º e cobertura composta com termoplástico PVC-ST2 (halogenado), conforme norma NBR 7286; remunera também materiais e a mão de obra necessária para a enfiação e instalação do cabo.

2.3.4 Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV- isolação em PVC 70°C

1) Será medido por comprimento de cabo instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento de cabo de cobre eletrolítico de alta condutibilidade, revestimento termoplástico em PVC para isolação de temperatura até 70ºC e nível de isolamento para tensões de 600 V até 1.000 V; remunera também materiais e a mão-de-obra necessária para a enfiação e instalação do cabo.

2.3.5 Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares- categoria 6A

1) Será medido pelo comprimento de cabo instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento de cabos para rede 23 AWG com 4 pares não blindado, categoria 6 A, referência Furukawa Gigalan Augmented ou equivalente desde que o fabricante apresente certificado ISO 9001 / 2000; deverá ser constituído por: condutores de cobre sólido, capa externa em PVC não propagante a chama, identificação nas veias dos pares, marcação na capa externa seqüencial do comprimento em metros; deverá ser fornecido em caixas tipo FAST BOX e deverá possuir Certificação UL e de acordo com a ANSI / TIA-568-C.2 para Categoria 6 A; remunera também o fornecimento de mão de obra e ferramentas necessárias para o lançamento dos cabos.

2.3.6 Cabo telefônico CCE-APL, com 4 pares de 0,50 mm, para conexões em rede externa

1) Será medido por comprimento de cabo instalado (m).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de cabo telefônico, tipo CCE-APL de acordo com a especificação TELEBRÁS, com 4 pares de 0,50 mm, em cobre nu, isolação em polietileno ou polipropileno e capa externa tipo APL, para conexões telefônicas externas em instalações aéreas ou subterrâneas.

2.4 – TOMADAS E INTERRUPTORES

2.4.1 Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo

1) Será medido por conjunto de tomadas instalado (cj).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de conjunto de 2 (duas) tomadas de 10 A- 250V, 2P + T; com placa, haste, contatos de prata e componentes de função elétrica

em liga de cobre. Referência comercial: 054345 da Pial Legrand ou equivalente. Norma técnica: NBR 14136.

2.4.2 Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo

1) Será medido por conjunto de interruptor com tomada instalado (cj).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de conjunto de 1 (um) interruptor simples e 1 (uma) tomada de 10 A- 250V, 2P + T; com placa, haste, contatos de prata e componentes de função elétrica em liga de cobre. Referência comercial: 054346 da Pial Legrand ou equivalente. Norma técnica: NBR 14136.

2.4.3 Interruptor simples com 1 tecla e placa

1) Será medido por conjunto de interruptor instalado (cj). Critério de Medição e Remuneração 201

2) O item remunera o fornecimento e instalação de interruptor simples, com uma tecla fosforescente; referência comercial Tramontina, Pial Legrand, Schneider Electric ou equivalente; remunera também a placa/espelho correspondente.

2.4.4 Tomada 2P+T de 20 A- 250 V, completa

1) Será medido por conjunto de tomada instalada (cj).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de tomada de 20 A- 250V, 2P + T; com placa, haste, contatos de prata e componentes de função elétrica em liga de cobre. Referência comercial: 054344 da Pial Legrand ou equivalente. Norma técnica: NBR 14136.

2.4.5 Tomada 2P+T de 10 A- 250 V, completa

1) Será medido por conjunto de tomada instalada (cj). Critério de Medição e Remuneração 201

2) O item remunera o fornecimento e instalação de tomada de 10 A- 250V, 2P + T, com placa, haste, contatos de prata e componentes de função elétrica em liga de cobre. Referência comercial: 054343 da Pial Legrand ou equivalente. Norma técnica: NBR 14136.

2.4.6 Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa

1) Será medido por unidade de tomada instalada (un). Critério de Medição e Remuneração 201

2) O item remunera o fornecimento e instalação de tomada para rede de dados, tipo RJ 45, com placa; referência comercial Belize fabricação Alumbra ou equivalente.

2.4.7 Tomada RJ 11 para telefone, sem placa

1) Será medido por unidade de tomada instalada (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de tomada para telefone, tipo RJ11 fêmea, referência 099 96 da Pial, ou equivalente; não remunera o espelho correspondente.

2.4.8 Condulete metálico de 1´

1) Será medido por conjunto de condulete instalado (cj).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de condulete, constituído por: corpo e tampa em alumínio silício de alta resistência mecânica, injetado ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 1, ou incorporar equipamentos como tomadas, interruptores sejam eles de energia, telefonia ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa tipo cega ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior; referência comercial Daisa, Conduletzel da Wetzel ou equivalente.

2.5 – QUADROS E DISJUNTORES

2.5.1 Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm

1) Será medido por unidade de rack instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de rack para os equipamentos de gravação, fontes e distribuição constituído por: rack fechado padrão metálico 19 x 12Us x 470 mm, em chapa de aço SAE 1010/1020, estrutura parafusada, porta em acrílico/vidro, laterais e fundo removíveis, venezianas laterais para ventilação forçada superior, com dois ventiladores no mínimo e chave réguas de tomadas, para ligação dos equipamentos.

2.5.2 Quadro Telebrás de sobrepor de 400 x 400 x 120 mm

1) Será medido por unidade de quadro instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento do quadro de sobrepor padrão Telebrás em chapa, nas medidas externas 400 x 400 x 120 mm, com fundo de madeira, sem componentes; referência comercial Lintermani ou equivalente. Remunera também materiais acessórios para a fixação e a mão de obra necessária para a instalação completa do quadro.

2.5.3 Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 44 DIN / 32 Bolt-on- 150 A- sem componentes

1) Será medido por unidade de quadro instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento de quadro de distribuição universal de sobrepor em chapa de aço tratada com pintura eletrostática epóxi a pó para disjuntores 44 DIN / 32 BOLT-ON e barramento bifásico ou trifásico, corrente nominal de 150A, composto por caixa, placa de montagem, espelho, tampa com fecho e suporte ou trilho para fixação de disjuntores; abertura ampliada na parte superior do espelho para até 11 módulos; remunera também o fornecimento de materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação completa do quadro, modelo QDSTG-U-II Universal, referência

904510 da Cemar ou equivalente; não remunera o fornecimento dos disjuntores, nem de barramento com acessórios.

2.5.4 Barramento de cobre nu

1) Será medido pelo peso nominal das barras nas bitolas constantes no projeto de elétrica (kg).

2) O item remunera o fornecimento e instalação completa de barramento em lâmina chata de cobre eletrolítico nu, nas várias bitolas de acordo com a corrente nominal especificada em projeto.

2.5.5 Barra de neutro e/ou terra

1) Será medido por unidade de barra de neutro e/ ou terra instalada (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de barra de neutro e/ou terra com parafusos isolantes e capacidade de 4 até 12 fios.

2.5.6 Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, Imax. de surto 50 até 80 kA

1) Será medido por unidade de supressor de surto instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação completa de supressor de surto para proteção de entrada elétrica ou painel de distribuição contra surtos e transientes de sobretensão em rede de corrente alternada, ou contínua, com as características: instalação em paralelo a rede elétrica; varistores múltiplos de óxido metálico; tensão de trabalho 175 / 275 V, para corrente alternada, ou 230 / 360 V, para corrente contínua, corrente nominal de surto maior ou igual a 20 kA (onda 8 / 20 µs por fase); corrente máxima de surto de 50 kA até 80 kA (onda 8 / 20 µs por fase), conforme o fabricante; tempo de resposta dos componentes menor ou igual a 25 nano segundos; temperatura operacional de (-) 40º C até (+) 85º C; referência comercial Spw275-60 da Weg, VCI-Slim 60KA da Clamper, LK385 80KA da Lukma ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do supressor.

2.5.7 Dispositivo diferencial residual de 100 A x 30 mA- 4 polos

1) Será medido por unidade de dispositivo instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de dispositivo diferencial residual (interruptor de corrente de fuga) de 100A x 30 mA, com 4 pólos, referência BPC 4100/030 da GE, 30-100-4 da Weg, SDR-049031 da Steck, ou equivalente.

2.5.8 Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A

1) Será medido por unidade de disjuntor instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento de disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, unipolar, modelos com correntes variáveis de 10 A até 30 A e tensão de 127 / 220 V, conforme selo de conformidade do INMETRO; referência comercial DQE 1030 da Eletromar, ASM1 da Soprano, Fame, Cuttler Hammer

ABB ou equivalente; remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado. Não remunera o fornecimento do suporte.

2.5.9 Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A

1) Será medido por unidade de disjuntor instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento de disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, bipolar, modelos com correntes variáveis de 10 A até 50 A e tensão de 220 / 380 V, conforme selo de conformidade do INMETRO da Pial Legrand, Eletromar / Cuttler Hammer, Soprano, Lorenzetti, ABB ou equivalente; remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado. Não remunera o fornecimento do suporte.

2.5.10 Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A

1) Será medido por unidade de disjuntor instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento de disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, tripolar, modelos com correntes variáveis de 60 A até 100 A e tensão de 220 / 380 V, conforme selo de conformidade do INMETRO para os modelos de 60 A da Pial Legrand, Eletromar / Cuttler Hammer, Soprano, Lorenzetti, ABB ou equivalente; remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado. Não remunera o fornecimento do suporte.

2.5.11 Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²

1) Será medido por unidade de terminal instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de terminal de compressão, inclusive materiais acessórios, para cabo de 2,5 mm².

2.5.12 Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²

1) Será medido por unidade de terminal instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de terminal de pressão ou compressão, inclusive materiais acessórios, para cabos de 6 mm² até 10 mm².

2.5.13 Terminal de pressão/compressão para cabo de 16 mm²

1) Será medido por unidade de terminal instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de terminal de pressão ou compressão, inclusive materiais acessórios, para cabo de 16 mm².

2.5.14 Conector split-bolt para cabo de 25 mm², latão, simples

1) Será medido por unidade de conector instalado (un).

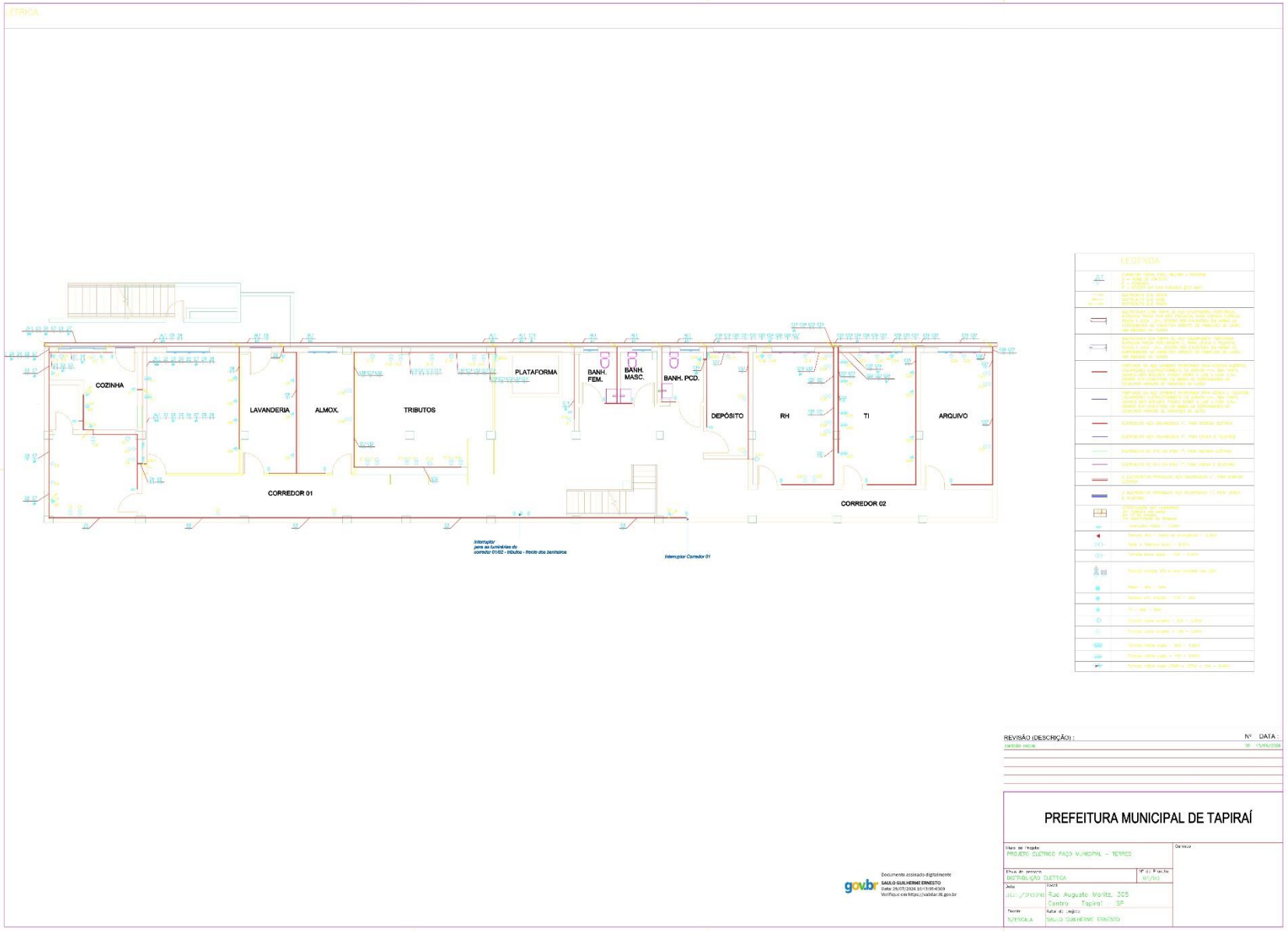
2) O item remunera o fornecimento e instalação de conector simples de 25 mm², tipo SPLITBOLT, em latão, para cabo.

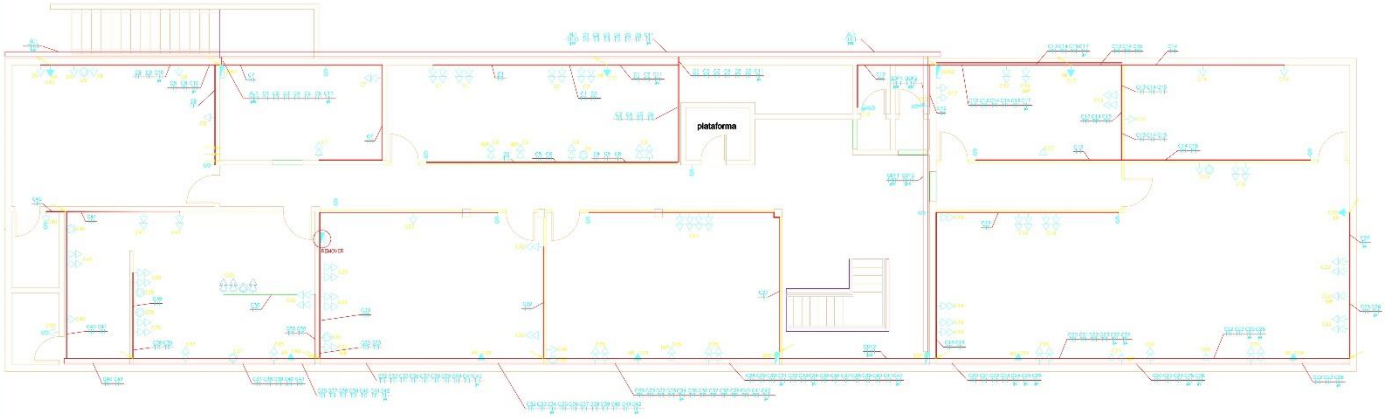
Saulo Guilherme Ernesto

Eng. Eletricista

CREA SP – 5062489875

15.1.2. ANEXO B


COZINHA
LAVANDERIA
ALMOX.
TRIBUTOS
PLATAFORMA
BANH. FEM.
BANH. MASC.
BANH. PCD.
DEPÓSITO
RH
TI
ARQUIVO
CORREDOR 01
CORREDOR 02
LEGENDA
REVISÃO (DESCRIÇÃO):
Nº
DATA:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
PROJETO ELÉTRICO PAÇO MUNICIPAL – TÉRREO
DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA
Rua Augusto Moritz, 305
Centro - Tapiraí - SP
SAULO GUILHERME ERNESTO
gov.br
SAULO GUILHERME ERNESTO



OBS.: NÃO HAVERÁ MUDANÇAS NA ILUMINAÇÃO, DEVENDO APENAS SER REDIRECIONADA PARA OS QUADROS NOVOS, SERVIÇO ESSE CONTEMPLADO EM PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL.
O CONDUTOR TERRA SERÁ COMUM AOS CIRCUITOS.



REVISÃO (DESCRIÇÃO): Nº DATA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ

Título do Desenho: PROJETO ELÉTRICO FAÇO MUNICIPAL
Título do projeto: DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA
Nº do Planta: 01/01
Data: JUN/2025
Local: Rua Augusto Moritz, 305 - Centro - Tapiraí - SP
Escala: S/ESCALA
Nome do projetista: SAULO GUILHERME ERNESTO
Carimbo

gov.br Documento assinado digitalmente
SAULO GUILHERME ERNESTO
Data: 25/06/2025 11:13:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

15.1.3. ANEXO C

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
							Tabela Base:	**CDHU Boletim 201 S/DES**
OBRA: Paço municipal							**LS:**	**128,23%**
ENDEREÇO: Rua Augusto Moritz, 305 - Tapiraí/SP							**BDI:**	**25,00%**
ITEM	**FONTE**	**CÓDIGO**	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**	**UNID**	**QUANT**	**VALOR UNITÁRIO SEM BDI**	**VALOR UNITÁRIO COM BDI**	**PREÇO TOTAL**
			0,00	0,00	0,00		R$ 0,00	R$ 0,00
1.			**REFORMA - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 190.534,83**
1.1			**INFRAESTRUTURA ELÉTRICA - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 20.189,39**
1.1.1	CDHU	38.22.120	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 150x100 mm, com acessórios	M	50,00	R$ 144,36	R$ 180,45	R$ 9.022,50
1.1.2	CDHU	38.07.300	Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	6,00	R$ 46,05	R$ 57,56	R$ 345,36
1.1.3	CDHU	38.07.200	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 3/8´ (tirante)	M	100,00	R$ 16,72	R$ 20,90	R$ 2.090,00
1.1.4	CDHU	38.07.030	Grampo tipo ´C´ diâmetro 3/8`, com balancim tamanho grande	CJ	35,00	R$ 20,70	R$ 25,88	R$ 905,80
1.1.5	CDHU	38.07.134	Saída lateral simples, diâmetro de 1´	UN	20,00	R$ 11,87	R$ 14,84	R$ 296,80

1.1.6	CDHU	38.23.120	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x100 mm	UN	35,00	R$ 31,05	R$ 38,81	R$ 1.358,35
1.1.7	CDHU	38.23.210	Mão francesa simples, galvanizada a fogo, L= 200 mm	UN	8,00	R$ 29,22	R$ 36,53	R$ 292,24
1.1.8	CDHU	38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1´ com acessórios	M	80,00	R$ 57,34	R$ 71,68	R$ 5.734,40
1.1.9	CDHU	38.13.010	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 30 mm, com acessórios	M	6,00	R$ 7,28	R$ 9,10	R$ 54,60
1.1.10	CDHU	11.20.050	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	6,00	R$ 11,91	R$ 14,89	R$ 89,34
1.2			**READEQUAÇÃO AOS QUADROS NOVOS E SEPARAÇÃO ELÉTRICA DO ANDAR INFERIOR - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 1.630,40**
1.2.1	CDHU	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	300,00	R$ 2,80	R$ 3,50	R$ 1.050,00
1.2.2	CDHU	B.01.000.010115	Eletricista	H	32,00	R$ 14,51	R$ 18,14	R$ 580,40
1.3			**CABEAMENTO - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 121.066,63**
1.3.1	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	150,00	R$ 38,73	R$ 48,41	R$ 7.261,88

1.3.2	CDHU	39.21.070	Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	130,00	R$ 27,40	R$ 34,25	R$ 4.452,50
1.3.3	CDHU	39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	350,00	R$ 5,12	R$ 6,40	R$ 2.240,00
1.3.4	CDHU	39.03.170	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C	M	2.620,00	R$ 4,79	R$ 5,99	R$ 15.687,25
1.3.5	CDHU	39.18.120	Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares - categoria 6A	M	2.100,00	R$ 27,40	R$ 34,25	R$ 71.925,00
1.3.6	CDHU	39.11.190	Cabo telefônico CCE-APL, com 4 pares de 0,50 mm, para conexões em rede externa	M	1.500,00	R$ 10,34	R$ 12,93	R$ 19.387,50
1.3.7	MERCADO		Cabo HDMI com conector, 8 metros	UN	2,00	R$ 45,00	R$ 56,25	R$ 112,50
1.4			**TOMADAS E INTERRUPTORES - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 20.934,39**
1.4.1	CDHU	40.04.470	Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo	CJ	67,00	R$ 49,28	R$ 61,60	R$ 4.127,20
1.4.2	CDHU	40.04.480	Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	4,00	R$ 43,44	R$ 54,30	R$ 217,20
1.4.3	CDHU	40.05.080	Interruptor paralelo com 1 tecla e placa	CJ	2,00	R$ 33,83	R$ 42,29	R$ 84,58
1.4.4	CDHU	40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	CJ	8,00	R$ 31,13	R$ 38,91	R$ 311,30

1.4.5	CDHU	40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	CJ	15,00	R$ 29,55	R$ 36,94	R$ 554,06
1.4.6	CDHU	40.04.096	Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa	UN	36,00	R$ 90,13	R$ 112,66	R$ 4.055,85
1.4.7	CDHU	40.04.090	Tomada RJ 11 para telefone, sem placa	UN	20,00	R$ 46,45	R$ 58,06	R$ 1.161,25
1.4.8	CDHU	40.06.060	Condulete metálico de 1´	CJ	152,00	R$ 53,47	R$ 66,84	R$ 10.159,30
1.4.9	CDHU	40.02.010	Caixa de tomada em alumínio para piso 4´ x 4´	UN	2,00	R$ 87,44	R$ 109,30	R$ 218,60
1.4.10	CDHU	40.02.040	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 150 x 150 x 80 mm	UN	1,00	R$ 36,04	R$ 45,05	R$ 45,05
1.5			**QUADROS E DISJUNTORES - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 26.714,03**
1.5.1	CDHU	66.08.100	Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm	UN	1,00	R$ 1.307,36	R$ 1.634,20	R$ 1.634,20
1.5.2	CDHU	37.02.060	Quadro Telebrás de sobrepor de 400 x 400 x 120 mm	UN	1,00	R$ 234,09	R$ 292,61	R$ 292,61
1.5.3	CDHU	37.04.280	Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 44 DIN / 32 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	4,00	R$ 1.148,30	R$ 1.435,38	R$ 5.741,50
1.5.4	CDHU	37.10.010	Barramento de cobre nu	KG	20,00	R$ 150,14	R$ 187,68	R$ 3.753,50
1.5.5	CDHU	37.20.080	Barra de neutro e/ou terra	UN	16,00	R$ 38,85	R$ 48,56	R$ 777,00

1.5.6	CDHU	37.24.032	Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, Imax. de surto 50 até 80 kA	UN	16,00	R$ 157,14	R$ 196,43	R$ 3.142,80
1.5.7	CDHU	37.17.110	Dispositivo diferencial residual de 100 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00	R$ 347,37	R$ 434,21	R$ 1.736,85
1.5.8	CDHU	37.17.090	Dispositivo diferencial residual de 63 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00	R$ 386,49	R$ 483,11	R$ 1.932,45
1.5.9	CDHU	37.13.600	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	UN	33,00	R$ 28,31	R$ 35,39	R$ 1.167,79
1.5.10	CDHU	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	UN	9,00	R$ 172,90	R$ 216,13	R$ 1.945,13
1.5.11	CDHU	37.13.660	Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	UN	6,00	R$ 266,01	R$ 332,51	R$ 1.995,08
1.5.12	CDHU	39.10.050	Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²	UN	66,00	R$ 5,43	R$ 6,79	R$ 447,98
1.5.13	CDHU	39.10.060	Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²	UN	36,00	R$ 16,01	R$ 20,01	R$ 720,45
1.5.14	CDHU	39.10.080	Terminal de pressão/compressão para cabo de 16 mm²	UN	24,00	R$ 16,89	R$ 21,11	R$ 506,70
1.5.15	CDHU	39.09.020	Conector split-bolt para cabo de 25 mm², latão, simples	UN	50,00	R$ 14,72	R$ 18,40	R$ 920,00
2.			**REFORMA - TERREO**					**R$ 148.068,79**
2.1			**INFRAESTRUTURA ELÉTRICA - TERREO**					**R$ 24.669,13**

2.1.1	CDHU	38.22.120	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 150x100 mm, com acessórios	M	50,00	R$ 144,36	R$ 180,45	R$ 9.022,50
2.1.2	CDHU	38.07.300	Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	50,00	R$ 46,05	R$ 57,56	R$ 2.878,00
2.1.3	CDHU	38.07.200	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 3/8´ (tirante)	M	100,00	R$ 16,72	R$ 20,90	R$ 2.090,00
2.1.4	CDHU	38.07.030	Grampo tipo ´C´ diâmetro 3/8`, com balancim tamanho grande	CJ	35,00	R$ 20,70	R$ 25,88	R$ 905,80
2.1.5	CDHU	38.07.134	Saída lateral simples, diâmetro de 1´	UN	16,00	R$ 11,87	R$ 14,84	R$ 237,44
2.1.6	CDHU	38.23.120	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x100 mm	UN	35,00	R$ 31,05	R$ 38,81	R$ 1.358,35
2.1.7	CDHU	38.23.210	Mão francesa simples, galvanizada a fogo, L= 200 mm	UN	8,00	R$ 29,22	R$ 36,53	R$ 292,24
2.1.8	CDHU	38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1´ com acessórios	M	110,00	R$ 57,34	R$ 71,68	R$ 7.884,80
2.2			**READEQUAÇÃO AOS QUADROS NOVOS E SEPARAÇÃO ELÉTRICA DO ANDAR INFERIOR - TERREO**					**R$ 1.630,40**
2.2.1	CDHU	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	300,00	R$ 2,80	R$ 3,50	R$ 1.050,00
2.2.2	CDHU	B.01.000.010115	Eletricista	H	32,00	R$ 14,51	R$ 18,14	R$ 580,40
2.3			**CABEAMENTO - TERREO**					**R$ 90.305,13**

2.3.1	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	180,00	R$ 38,73	R$ 48,41	R$ 8.714,25
2.3.2	CDHU	39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	160,00	R$ 5,12	R$ 6,40	R$ 1.024,00
2.3.3	CDHU	39.21.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	100,00	R$ 6,98	R$ 8,73	R$ 872,50
2.3.4	CDHU	39.03.170	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C	M	3.250,00	R$ 4,79	R$ 5,99	R$ 19.459,38
2.3.5	CDHU	39.18.120	Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares - categoria 6A	M	1.570,00	R$ 27,40	R$ 34,25	R$ 53.772,50
2.3.6	CDHU	39.11.190	Cabo telefônico CCE-APL, com 4 pares de 0,50 mm, para conexões em rede externa	M	500,00	R$ 10,34	R$ 12,93	R$ 6.462,50
2.4			**TOMADAS E INTERRUPTORES - TERREO**					**R$ 15.580,84**
2.4.1	CDHU	40.04.470	Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo	CJ	33,00	R$ 49,28	R$ 61,60	R$ 2.032,80
2.4.2	CDHU	40.04.480	Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	1,00	R$ 43,44	R$ 54,30	R$ 54,30
2.4.3	CDHU	40.05.020	Interruptor simples com 1 tecla e placa	CJ	17,00	R$ 33,48	R$ 41,85	R$ 711,45
2.4.4	CDHU	40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	CJ	8,00	R$ 31,13	R$ 38,91	R$ 311,30

2.4.5	CDHU	40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	CJ	29,00	R$ 29,55	R$ 36,94	R$ 1.071,19
2.4.6	CDHU	40.04.096	Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa	UN	21,00	R$ 90,13	R$ 112,66	R$ 2.365,91
2.4.7	CDHU	40.04.090	Tomada RJ 11 para telefone, sem placa	UN	14,00	R$ 46,45	R$ 58,06	R$ 812,88
2.4.8	CDHU	40.06.060	Condulete metálico de 1´	CJ	123,00	R$ 53,47	R$ 66,84	R$ 8.221,01
2.5			**QUADROS E DISJUNTORES - TERREO**					**R$ 15.883,30**
2.5.1	CDHU	66.08.100	Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm	UN	1,00	R$ 1.307,36	R$ 1.634,20	R$ 1.634,20
2.5.2	CDHU	37.02.060	Quadro Telebrás de sobrepor de 400 x 400 x 120 mm	UN	1,00	R$ 234,09	R$ 292,61	R$ 292,61
2.5.3	CDHU	37.04.280	Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 44 DIN / 32 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	2,00	R$ 1.148,30	R$ 1.435,38	R$ 2.870,75
2.5.4	CDHU	37.10.010	Barramento de cobre nu	KG	10,00	R$ 150,14	R$ 187,68	R$ 1.876,75
2.5.5	CDHU	37.20.080	Barra de neutro e/ou terra	UN	8,00	R$ 38,85	R$ 48,56	R$ 388,50
2.5.6	CDHU	37.24.032	Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, Imax. de surto 50 até 80 kA	UN	12,00	R$ 157,14	R$ 196,43	R$ 2.357,10
2.5.7	CDHU	37.17.110	Dispositivo diferencial residual de 100 A x 30 mA - 4 polos	UN	3,00	R$ 347,37	R$ 434,21	R$ 1.302,64
2.5.8	CDHU	37.13.600	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	UN	20,00	R$ 28,31	R$ 35,39	R$ 707,75

2.5.9	CDHU	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	UN	7,00	R$ 172,90	R$ 216,13	R$ 1.512,88
2.5.10	CDHU	39.10.050	Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²	UN	80,00	R$ 5,43	R$ 6,79	R$ 543,00
2.5.11	CDHU	39.10.060	Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²	UN	50,00	R$ 16,01	R$ 20,01	R$ 1.000,63
2.5.12	CDHU	39.10.080	Terminal de pressão/compressão para cabo de 16 mm²	UN	40,00	R$ 16,89	R$ 21,11	R$ 844,50
2.5.13	CDHU	39.09.020	Conector split-bolt para cabo de 25 mm², latão, simples	UN	30,00	R$ 14,72	R$ 18,40	R$ 552,00
VALOR TOTAL COM BDI								**R$ 338.629,08**

15.1.4. ANEXO D

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR TOTAL (R$)	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	TOTAL
1	**REFORMA - PRIMEIRO ANDAR**								
1.1	**INFRAESTRUTURA ELÉTRICA - PRIMEIRO ANDAR**	R$ 20.189,39	20,00%	25,00%	25,00%	30,00%	0,00%	0,00%	100,00%
			R$ 4.037,87	R$ 5.047,35	R$ 5.047,35	R$ 6.056,82	R$ -	R$ -	R$ 20.189,39
1.2	**READEQUAÇÃO AOS QUADROS NOVOS E SEPARAÇÃO ELÉTRICA DO ANDAR INFERIOR - PRIMEIRO ANDAR**	R$ 1.630,48	10,00%	10,00%	20,00%	30,00%	30,00%	0,00%	100,00%
			R$ 163,05	R$ 163,05	R$ 326,10	R$ 489,14	R$ 489,14	R$ -	R$ 1.630,48
1.3	**CABEAMENTO - PRIMEIRO ANDAR**	R$ 121.080,30	0,00%	0,00%	20,00%	30,00%	50,00%	0,00%	100,00%
			R$ -	R$ -	R$ 24.216,06	R$ 36.324,09	R$ 60.540,15	R$ -	R$ 121.080,30
1.4	**TOMADAS E INTERRUPTORES - PRIMEIRO ANDAR**	R$ 20.934,65	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	40,00%	40,00%	100,00%
			R$ -	R$ -	R$ -	R$ 4.186,93	R$ 8.373,86	R$ 8.373,86	R$ 20.934,65
1.5	**QUADROS E DISJUNTORES - PRIMEIRO ANDAR**	R$ 26.714,29	15,00%	20,00%	20,00%	20,00%	25,00%	0,00%	100,00%
			R$ 4.007,14	R$ 5.342,86	R$ 5.342,86	R$ 5.342,86	R$ 6.678,57	R$ -	R$ 26.714,29
2	**REFORMA - TERREO**								
2.1	**INFRAESTRUTURA ELÉTRICA - TERREO**	R$ 24.669,13	20,00%	25,00%	25,00%	30,00%	0,0%	0,0%	100,00%
			R$ 4.933,83	R$ 6.167,28	R$ 6.167,28	R$ 7.400,74	R$ -	R$ -	R$ 24.669,13
2.2	**READEQUAÇÃO AOS QUADROS NOVOS E SEPARAÇÃO ELÉTRICA DO ANDAR INFERIOR - TERREO**	R$ 1.630,48	10,00%	10,00%	20,00%	30,00%	30,00%	0,00%	100,00%
			R$ 163,05	R$ 163,05	R$ 326,10	R$ 489,14	R$ 489,14	R$ -	R$ 1.630,48

2.3	**CABEAMENTO - TERREO**	R$ 90.315,80	0,00%	0,00%	20,00%	30,00%	50,00%	0,00%	100,00%
			R$ -	R$ -	R$ 18.063,16	R$ 27.094,74	R$ 45.157,90	R$ -	R$ 90.315,80
2.4	**TOMADAS E INTERRUPTORES - TERREO**	R$ 15.581,11	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	40,00%	40,00%	100,00%
			R$ -	R$ -	R$ -	R$ 3.116,23	R$ 6.232,44	R$ 6.232,44	R$ 15.581,11
2.5	**QUADROS E DISJUNTORES - TERREO**	R$ 15.883,45	15,00%	20,00%	20,00%	20,00%	25,00%	0,00%	100,00%
			R$ 2.382,52	R$ 3.176,69	R$ 3.176,69	R$ 3.176,69	R$ 3.970,86	R$ -	R$ 15.883,45
VALORES TOTAIS		**R$ 338.629,08**	**R$ 15.687,46**	**R$ 20.060,28**	**R$ 62.665,60**	**R$ 93.677,38**	**R$ 131.932,06**	**R$ 14.606,30**	**R$ 338.629,08**
			4,63%	**5,92%**	**18,51%**	**27,66%**	**38,96%**	**4,31%**	**100,00%**
ACUMULADOS			**R$ 15.687,46**	**R$ 35.747,74**	**R$ 98.413,34**	**R$ 192.090,72**	**R$ 324.022,78**	**R$ 338.629,08**	
			4,63%	**10,56%**	**29,06%**	**56,73%**	**95,69%**	**100,00%**	

ANEXO II PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2026

DADOS DO LICITANTE			
Denominação:			
Endereço:			
CEP:	**Fone:**	**Fax:**	
e-mail	**Insc. Estadual:**	**CNPJ:**	
Banco:	**Agência:**	**Conta corrente:**	**Chave Pix:**

Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste certame.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, das obras de adequações das instalações elétricas, de rede de dados e de telefonia do prédio do Paço Municipal de Tapiraí.

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO C/BDI	VALOR TOTAL C/ BDI
1.			**REFORMA - PRIMEIRO ANDAR**				
1.1			**INFRAESTRUTURA ELÉTRICA - PRIMEIRO ANDAR**				
1.1.1	CDHU	38.22.120	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 150x100 mm, com acessórios	M	50,00		
1.1.2	CDHU	38.07.300	Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	6,00		
1.1.3	CDHU	38.07.200	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 3/8´ (tirante)	M	100,00		
1.1.4	CDHU	38.07.030	Grampo tipo ´C´ diâmetro 3/8`, com balancim tamanho grande	CJ	35,00		
1.1.5	CDHU	38.07.134	Saída lateral simples, diâmetro de 1´	UN	20,00		
1.1.6	CDHU	38.23.120	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x100 mm	UN	35,00		
1.1.7	CDHU	38.23.210	Mão francesa simples, galvanizada a fogo, L= 200 mm	UN	8,00		

1.1.8	CDHU	38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1´ com acessórios	M	80,00		
1.1.9	CDHU	38.13.010	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 30 mm, com acessórios	M	6,00		
1.1.10	CDHU	11.20.050	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	6,00		
1.2			**READEQUAÇÃO AOS QUADROS NOVOS E SEPARAÇÃO ELÉTRICA DO ANDAR INFERIOR - PRIMEIRO ANDAR**				
1.2.1	CDHU	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	300,00		
1.2.2	CDHU	B.01.000.010115	Eletricista	H	32,00		
1.3			**CABEAMENTO - PRIMEIRO ANDAR**				
1.3.1	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	150,00		
1.3.2	CDHU	39.21.070	Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	130,00		
1.3.3	CDHU	39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	350,00		
1.3.4	CDHU	39.03.170	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C	M	2.620,00		
1.3.5	CDHU	39.18.120	Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares - categoria 6A	M	2.100,00		
1.3.6	CDHU	39.11.190	Cabo telefônico CCE-APL, com 4 pares de 0,50 mm, para conexões em rede externa	M	1.500,00		
1.3.7	MERCADO		Cabo HDMI com conector, 8 metros	UN	2,00		
1.4			**TOMADAS E INTERRUPTORES - PRIMEIRO ANDAR**				
1.4.1	CDHU	40.04.470	Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo	CJ	67,00		
1.4.2	CDHU	40.04.480	Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	4,00		
1.4.3	CDHU	40.05.080	Interruptor paralelo com 1 tecla e placa	CJ	2,00		
1.4.4	CDHU	40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	CJ	8,00		

1.4.5	CDHU	40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	CJ	15,00		
1.4.6	CDHU	40.04.096	Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa	UN	36,00		
1.4.7	CDHU	40.04.090	Tomada RJ 11 para telefone, sem placa	UN	20,00		
1.4.8	CDHU	40.06.060	Condulete metálico de 1´	CJ	152,00		
1.4.9	CDHU	40.02.010	Caixa de tomada em alumínio para piso 4´ x 4´	UN	2,00		
1.4.10	CDHU	40.02.040	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 150 x 150 x 80 mm	UN	1,00		
1.5			**QUADROS E DISJUNTORES - PRIMEIRO ANDAR**				
1.5.1	CDHU	66.08.100	Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm	UN	1,00		
1.5.2	CDHU	37.02.060	Quadro Telebrás de sobrepor de 400 x 400 x 120 mm	UN	1,00		
1.5.3	CDHU	37.04.280	Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 44 DIN / 32 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	4,00		
1.5.4	CDHU	37.10.010	Barramento de cobre nu	KG	20,00		
1.5.5	CDHU	37.20.080	Barra de neutro e/ou terra	UN	16,00		
1.5.6	CDHU	37.24.032	Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, Imax. de surto 50 até 80 kA	UN	16,00		
1.5.7	CDHU	37.17.110	Dispositivo diferencial residual de 100 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00		
1.5.8	CDHU	37.17.090	Dispositivo diferencial residual de 63 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00		
1.5.9	CDHU	37.13.600	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	UN	33,00		
1.5.10	CDHU	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	UN	9,00		
1.5.11	CDHU	37.13.660	Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	UN	6,00		
1.5.12	CDHU	39.10.050	Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²	UN	66,00		
1.5.13	CDHU	39.10.060	Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²	UN	36,00		
1.5.14	CDHU	39.10.080	Terminal de pressão/compressão para cabo de 16 mm²	UN	24,00		
1.5.15	CDHU	39.09.020	Conector split-bolt para cabo de 25 mm², latão, simples	UN	50,00		
2.			**REFORMA - TERREO**				
2.1			**INFRAESTRUTURA ELÉTRICA - TERREO**				

2.1.1	CDHU	38.22.120	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 150x100 mm, com acessórios	M	50,00		
2.1.2	CDHU	38.07.300	Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	50,00		
2.1.3	CDHU	38.07.200	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 3/8´ (tirante)	M	100,00		
2.1.4	CDHU	38.07.030	Grampo tipo ´C´ diâmetro 3/8`, com balancim tamanho grande	CJ	35,00		
2.1.5	CDHU	38.07.134	Saída lateral simples, diâmetro de 1´	UN	16,00		
2.1.6	CDHU	38.23.120	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x100 mm	UN	35,00		
2.1.7	CDHU	38.23.210	Mão francesa simples, galvanizada a fogo, L= 200 mm	UN	8,00		
2.1.8	CDHU	38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1´ com acessórios	M	110,00		
2.2			**READEQUAÇÃO AOS QUADROS NOVOS E SEPARAÇÃO ELÉTRICA DO ANDAR INFERIOR - TERREO**				
2.2.1	CDHU	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	300,00		
2.2.2	CDHU	B.01.000.010115	Eletricista	H	32,00		
2.3			**CABEAMENTO - TERREO**				
2.3.1	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	180,00		
2.3.2	CDHU	39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	160,00		
2.3.3	CDHU	39.21.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	100,00		
2.3.4	CDHU	39.03.170	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C	M	3.250,00		
2.3.5	CDHU	39.18.120	Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares - categoria 6A	M	1.570,00		
2.3.6	CDHU	39.11.190	Cabo telefônico CCE-APL, com 4 pares de 0,50 mm, para conexões em rede externa	M	500,00		
2.4			**TOMADAS E INTERRUPTORES - TERREO**				
2.4.1	CDHU	40.04.470	Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo	CJ	33,00		
2.4.2	CDHU	40.04.480	Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	1,00		
2.4.3	CDHU	40.05.020	Interruptor simples com 1 tecla e placa	CJ	17,00		
2.4.4	CDHU	40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	CJ	8,00		
2.4.5	CDHU	40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	CJ	29,00		
2.4.6	CDHU	40.04.096	Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa	UN	21,00		

2.4.7	CDHU	40.04.090	Tomada RJ 11 para telefone, sem placa	UN	14,00		
2.4.8	CDHU	40.06.060	Condulete metálico de 1´	CJ	123,00		
2.5			**QUADROS E DISJUNTORES - TERREO**				
2.5.1	CDHU	66.08.100	Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm	UN	1,00		
2.5.2	CDHU	37.02.060	Quadro Telebrás de sobrepor de 400 x 400 x 120 mm	UN	1,00		
2.5.3	CDHU	37.04.280	Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 44 DIN / 32 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	2,00		
2.5.4	CDHU	37.10.010	Barramento de cobre nu	KG	10,00		
2.5.5	CDHU	37.20.080	Barra de neutro e/ou terra	UN	8,00		
2.5.6	CDHU	37.24.032	Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, Imax. de surto 50 até 80 kA	UN	12,00		
2.5.7	CDHU	37.17.110	Dispositivo diferencial residual de 100 A x 30 mA - 4 polos	UN	3,00		
2.5.8	CDHU	37.13.600	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	UN	20,00		
2.5.9	CDHU	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	UN	7,00		
2.5.10	CDHU	39.10.050	Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²	UN	80,00		
2.5.11	CDHU	39.10.060	Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²	UN	50,00		
2.5.12	CDHU	39.10.080	Terminal de pressão/compressão para cabo de 16 mm²	UN	40,00		
2.5.13	CDHU	39.09.020	Conector split-bolt para cabo de 25 mm², latão, simples	UN	30,00		

VALOR TOTAL GLOBAL COM BDI POR EXTENSO:_____

Prazo de execução dos serviços é de 06 (seis) meses, contados a partir da data indicada na Autorização para o Início dos Serviços.

Prazos de garantia: A garantia da obra será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses para os serviços, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Validade da proposta (mínimo 60 dias): _____ dias corridos, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes documentação.

DECLARO, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no memorial descritivo.

DECLARO que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, isenções, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Tapiraí/SP, em ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do representante legal

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL		
NOME COMPLETO:	R.G.:	CPF:
PROFISSÃO:	ESTADO CIVIL:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL (DOMICÍLIO):	CEP:	CIDADE/UF:
E-MAIL:	TELEFONE:	

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Obras e serviços de engenharia
Licitação (Concorrência)

Processo Administrativo nº19836/2026
Contrato nº [NN/ANO]

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAPIRAÍ E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA], OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ADEQUAÇÕES DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DE REDE DE DADOS E DE TELEFONIA DO PRÉDIO DO PAÇO MUNICIPAL DE TAPIRAÍ

Ao(s) **DD** dia(s) do mês de **MMM** do ano de **AAAA**, a Prefeitura Municipal de Tapiraí, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob nº 46.634.465/0001-03, com sede na Rua Augusto Moritz, 305, Centro, Tapiraí/SP, CEP 18180-019, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ARALDO TODESCO**, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, CNPJ nº **[CNPJ nº],** sediada à **[endereço completo],** representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 66, de 27 de outubro de 2026, demais normas aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito do Município de Tapiraí, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 11/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a execução das obras de adequações das instalações elétricas, de rede de dados e de telefonia do prédio do Paço Municipal de Tapiraí**,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER/MAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. Edital da Licitação – **Concorrência Eletrônica nº 11/2026**

1.3.2. Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo.

1.3.3. Proposta Comercial datada de [**NN/NN/NNNN**] e planilha de quantitativos e preços unitários.

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de *empreitada por preço global.*

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **08 (oito) meses** contados da **data de assinatura do contrato,** na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único, do artigo 111, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo, que constituem partes integrantes deste Contrato.

3.2. O gestor e o(s) fiscal(is) serão designados nos termos do art. 4º do Decreto Municipal nº 66/2026.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.1.1.1. **Instalações elétricas;**

4.1.2. Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto:

4.1.2.1. **Serviços de TI.**

4.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do **CONTRATADO** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.4. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.4.1. Submissão, pelo **CONTRATADO**, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada.

4.1.4.2. Autorização prévia do **CONTRATANTE**, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação.

4.1.4.3. Apresentação pelo **CONTRATADO** dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.4.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo **CONTRATANTE**, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo **CONTRATADO**. O **CONTRATADO** poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida no subitem anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo **CONTRATANTE**.

4.1.4.5. Apresentação pelo **CONTRATADO** de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o **CONTRATADO** e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo.

4.1.4.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.5. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao **CONTRATADO**.

4.1.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de **R$..... (.....)**.

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão das parcelas do objeto efetivamente entregues pelo **CONTRATADO**, e medidas e recebidas pela administração **CONTRATANTE**.

5.4. Caso o **CONTRATADO** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada no subitem subsequente.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais *CDHU 202 com desoneração e tabela SINAPI 07/26*, motivo pelo qual esta é a data do orçamento estimado.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil) ou outro que venha a substituí-lo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo.

8.1.3. Notificar o **CONTRATADO** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução da obra ou dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.1.4. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do **CONTRATADO**;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO,** designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.

8.1.6. Comunicar ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.7. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, no Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo.

8.1.8. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

8.1.12. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.1.13. Exigir do **CONTRATADO** que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.1.14. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, no Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, no Projeto Executivo e em todos os demais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.

9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.

9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às

especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.

9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.

9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na licitação.

9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

9.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.

9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade.

9.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

9.1.20. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica, quando for o caso, conforme exigido em Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo.

9.1.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.22. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.1.23. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.1.24. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.1.25. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.1.26. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.1.27. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.1.28. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
9.1.29. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
9.1.30. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
9.1.31. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
9.1.32. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
9.1.33. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
9.1.34. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
9.1.35. Responsabilizar-se, durante 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança da obra, assim em razão dos materiais, como do solo, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro.
9.1.36. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no *Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo*, conforme o caso.
9.1.37. Dar pleno cumprimento ao disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.
9.1.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na **Resolução nº 307, de 05/07/2002**, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.1.38.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.1.38.2. Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.1.38.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.1.38.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.1.39. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.39.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.1.39.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.1.40. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo

inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.1.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.1.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do Termo de Referência/Projeto Básico e, quando houver, Projeto Executivo.

9.1.43. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.1.44. [quando o projeto executivo integrar o objeto] Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

9.1.44.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.1.45. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o

Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que trata a Lei nº 12.846, de 2013.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não será exigida a garantia de contratação de que tratam os artigos 92, XII e 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Observadas as disposições do Capítulo XXV do Decreto Municipal nº 66/2026, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato.

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
c) dar causa à inexecução total do contrato.
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
ii. **Multas, aplicadas e calculadas nos termos dos arts. 116 a 120 do Decreto Municipal nº 66/2026.**
iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021), observados os prazos-base e critérios do art. 121 do Decreto Municipal nº 66/2026.
iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021), observados os prazos-base e critérios do art. 122 do Decreto Municipal nº 66/2026.

12.2.1. A aplicação das multas observará o estabelecido nos arts. 116 a 120 do Decreto Municipal nº 66/2026:

a) A multa moratória, decorrente do atraso injustificado na execução do contrato, incidirá sobre o valor da obrigação inadimplida, nos seguintes percentuais (art. 117 do Decreto Municipal nº 66/2026):

I. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, do 1º (primeiro) ao 15º (décimo quinto) dia;
II. 1% (um por cento) por dia de atraso, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicado em acréscimo ao percentual previsto no inciso I.

a.1) A soma das multas moratórias não excederá 30% (trinta por cento) do valor da obrigação inadimplida.

a.2) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a conversão da multa moratória em compensatória, cumulada com a extinção unilateral do contrato e com as demais sanções cabíveis, na forma do art. 119 do Decreto Municipal nº 66/2026.

b) A multa compensatória, decorrente de qualquer das infrações previstas no subitem 12.1, não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, observadas as faixas e a dosimetria previstas nos arts. 118 e 123 a 126 do Decreto Municipal nº 66/2026.

c) As multas moratória e compensatória poderão ser aplicadas cumulativamente entre si, desde que decorrentes de fatos geradores distintos e observada a proporcionalidade, vedada a cobrança cumulativa sobre o mesmo fato gerador e pelo mesmo período (arts. 116, parágrafo único, e 119, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 66/2026).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da advertência e da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 115, § 2º, do Decreto Municipal nº 66/2026).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 120 do Decreto Municipal nº 66/2026), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes, nos termos dos arts. 124 e 125 do Decreto Municipal nº 66/2026.
d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e do art. 139 do Decreto Municipal nº 66/2026.

12.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao **CONTRATADO** e/ou da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 120 do Decreto Municipal nº 66/2026).

12.11. Permanecendo saldo devedor após as providências previstas no subitem anterior, serão adotadas as medidas administrativas e judiciais cabíveis para cobrança do débito, inclusive inscrição em dívida ativa, quando cabível, nos termos do art. 120, § 1º, III, do Decreto Municipal nº 66/2026.

12.12. O **CONTRATANTE**, por meio da Divisão de Licitações e Contratos, deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que a decisão administrativa se tornar definitiva, publicar o extrato da penalidade no Diário Oficial do Município e informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas (art. 137 do Decreto Municipal nº 66/2026):

12.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
12.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.
12.12.3. Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a **CONTRATANTE** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo a extinção unilateral declarada pelo Prefeito Municipal, observado o rito do art. 114 do Decreto Municipal nº 66/2026.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

13.5.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Tapiraí deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Unidade Orçamentária: 02.02.09
Classificação funcional programática: 15.451.0021.1009.0000
Elemento da Despesa: 4.4.90.51.00

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e,

subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Jurídica do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 107 do Decreto Municipal nº 66/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Piedade/SP, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
Representante legal do **CONTRATANTE**

_____
Representante legal do **CONTRATADO**

ANEXO IV – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, o Município de Tapiraí deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996 e do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda).

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

ANEXO V– TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPIRAÍ
CONTRATADO:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de adequações das instalações elétricas, de rede de dados e de telefonia do prédio do Paço Municipal de Tapiraí

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s).
e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e **DATA**:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:
Cargo:
CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pela **CONTRATANTE**:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA**:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:
Tipo de ato sob sua responsabilidade:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

ANEXO VI – Estudo Técnico Preliminar

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação é necessária para a substituição das instalações elétricas do Paço Municipal de Tapiraí/SP, incluindo a infraestrutura interna de rede de dados (internet) e telefonia.
O prédio apresenta quedas de energia e instabilidade nas redes elétrica, de dados e de telefonia. Essas ocorrências prejudicam as atividades de diversos setores, causam interrupções, retrabalho e demora no acesso aos sistemas utilizados pela Administração.
As oscilações e interrupções também podem contribuir para falhas e redução da vida útil de estabilizadores, nobreaks e computadores. A reforma busca proporcionar instalações seguras e confiáveis, assegurar a continuidade dos serviços administrativos e melhorar o atendimento prestado aos munícipes.

2 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram consideradas a manutenção pontual da infraestrutura existente e a substituição integral das instalações abrangidas pelo objeto. Reparos isolados podem restabelecer trechos específicos, mas não oferecem solução uniforme para a instabilidade recorrente e para a organização das redes do edifício.
A reforma integral, mediante contratação de empresa especializada e fornecimento dos materiais necessários, permite adequar circuitos, proteção, distribuição e infraestrutura de dados e telefonia de forma coordenada. A definição dos componentes e a comparação econômica entre alternativas dependerão do levantamento técnico do prédio, do projeto e da pesquisa de preços que instruirão a licitação.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na reforma e reestruturação das instalações elétricas do Paço Municipal de Tapiraí/SP, abrangendo os Pisos 01 e 02, bem como na adequação da infraestrutura interna de rede de dados (internet) e telefonia, conforme memorial descritivo, projetos e planilha orçamentária.

O escopo deverá contemplar a retirada dos componentes a substituir, a adequação e instalação de quadros e circuitos, dispositivos de proteção e aterramento, eletrodutos, eletrocalhas e demais caminhos de cabos, condutores, tomadas, pontos de dados e telefonia, racks, caixas e demais componentes previstos nos documentos técnicos. A execução deverá ocorrer de forma planejada e por etapas, considerando que o Paço Municipal permanecerá em funcionamento integral ou parcial durante a obra, reduzindo ao mínimo as interrupções dos serviços administrativos e do atendimento ao público.

Descrição da Solução:

Materiais: Serão utilizados componentes conformes às especificações aplicáveis, dimensionados em projeto e compatíveis com o uso do edifício, observando-se os memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, normas técnicas e demais documentos da contratação.
Tecnologia: A execução seguirá os projetos, as normas técnicas aplicáveis e as orientações dos responsáveis técnicos. As redes elétrica, de dados e de telefonia deverão ser organizadas e identificadas adequadamente, com especial observância às condições

de segurança das instalações e à continuidade das atividades nos setores do edifício que permanecerem em funcionamento.

Manutenção: Os circuitos, quadros, pontos e componentes dos sistemas deverão ser devidamente identificados. A CONTRATADA deverá entregar a documentação das alterações executadas e manter condições adequadas de acesso aos componentes para inspeções e manutenções futuras.

Assistência Técnica: A CONTRATADA deverá realizar os testes necessários nas instalações elétricas, de dados e de telefonia, verificando o funcionamento dos circuitos, dispositivos de proteção, tomadas, pontos e demais componentes executados, além de corrigir eventuais falhas verificadas no recebimento, nos termos do edital e do contrato.

4 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades dos serviços e materiais necessários à execução foram definidas a partir dos levantamentos, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias elaboradas para os Pisos 01 e 02 do Paço Municipal. Os quantitativos contemplam a infraestrutura elétrica, readequação dos quadros e separação dos circuitos, cabeamento elétrico, rede de dados e telefonia, tomadas, interruptores, quadros, disjuntores, dispositivos de proteção e demais componentes previstos para a execução integral do objeto.

5 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação é de R$ 338.628,58 (trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme demonstrado nas planilhas orçamentárias consolidadas e demais documentos técnicos que integram o processo.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

						Tabela Base:	**CDHU Boletim 201 S/DES**	
OBRA: Paço municipal							**LS:**	**128,23%**
ENDEREÇO: Rua Augusto Moritz, 305 - Tapiraí/SP							**BDI:**	**25,00%**
ITEM	**FONTE**	**CÓDIGO**	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**	**UNID**	**QUANT**	**VALOR UNITÁRIO SEM BDI**	**VALOR UNITÁRIO COM BDI**	**PREÇO TOTAL**
			0,00	0,00	0,00		R$ 0,00	R$ 0,00
1.			**REFORMA - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 190.534,83**
1.1			**INFRAESTRUTURA ELÉTRICA - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 20.189,39**
1.1.1	CDHU	38.22.120	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 150x100 mm, com acessórios	M	50,00	R$ 144,36	R$ 180,45	R$ 9.022,50
1.1.2	CDHU	38.07.300	Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	6,00	R$ 46,05	R$ 57,56	R$ 345,36

1.1.3	CDHU	38.07.200	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 3/8´ (tirante)	M	100,00	R$ 16,72	R$ 20,90	R$ 2.090,00
1.1.4	CDHU	38.07.030	Grampo tipo ´C´ diâmetro 3/8`, com balancim tamanho grande	CJ	35,00	R$ 20,70	R$ 25,88	R$ 905,80
1.1.5	CDHU	38.07.134	Saída lateral simples, diâmetro de 1´	UN	20,00	R$ 11,87	R$ 14,84	R$ 296,80
1.1.6	CDHU	38.23.120	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x100 mm	UN	35,00	R$ 31,05	R$ 38,81	R$ 1.358,35
1.1.7	CDHU	38.23.210	Mão francesa simples, galvanizada a fogo, L= 200 mm	UN	8,00	R$ 29,22	R$ 36,53	R$ 292,24
1.1.8	CDHU	38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1´ com acessórios	M	80,00	R$ 57,34	R$ 71,68	R$ 5.734,40
1.1.9	CDHU	38.13.010	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 30 mm, com acessórios	M	6,00	R$ 7,28	R$ 9,10	R$ 54,60
1.1.10	CDHU	11.20.050	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	6,00	R$ 11,91	R$ 14,89	R$ 89,34
1.2			**READEQUAÇÃO AOS QUADROS NOVOS E SEPARAÇÃO ELÉTRICA DO ANDAR INFERIOR - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 1.630,40**
1.2.1	CDHU	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	300,00	R$ 2,80	R$ 3,50	R$ 1.050,00
1.2.2	CDHU	B.01.000.010115	Eletricista	H	32,00	R$ 14,51	R$ 18,14	R$ 580,40
1.3			**CABEAMENTO - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 121.066,63**

1.3.1	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	150,00	R$ 38,73	R$ 48,41	R$ 7.261,88
1.3.2	CDHU	39.21.070	Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	130,00	R$ 27,40	R$ 34,25	R$ 4.452,50
1.3.3	CDHU	39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	350,00	R$ 5,12	R$ 6,40	R$ 2.240,00
1.3.4	CDHU	39.03.170	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C	M	2.620,00	R$ 4,79	R$ 5,99	R$ 15.687,25
1.3.5	CDHU	39.18.120	Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares - categoria 6A	M	2.100,00	R$ 27,40	R$ 34,25	R$ 71.925,00
1.3.6	CDHU	39.11.190	Cabo telefônico CCE-APL, com 4 pares de 0,50 mm, para conexões em rede externa	M	1.500,00	R$ 10,34	R$ 12,93	R$ 19.387,50
1.3.7	MERCADO		Cabo HDMI com conector, 8 metros	UN	2,00	R$ 45,00	R$ 56,25	R$ 112,50
1.4			**TOMADAS E INTERRUPTORES - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 20.934,39**
1.4.1	CDHU	40.04.470	Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo	CJ	67,00	R$ 49,28	R$ 61,60	R$ 4.127,20
1.4.2	CDHU	40.04.480	Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	4,00	R$ 43,44	R$ 54,30	R$ 217,20
1.4.3	CDHU	40.05.080	Interruptor paralelo com 1 tecla e placa	CJ	2,00	R$ 33,83	R$ 42,29	R$ 84,58

1.4.4	CDHU	40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	CJ	8,00	R$ 31,13	R$ 38,91	R$ 311,30
1.4.5	CDHU	40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	CJ	15,00	R$ 29,55	R$ 36,94	R$ 554,06
1.4.6	CDHU	40.04.096	Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa	UN	36,00	R$ 90,13	R$ 112,66	R$ 4.055,85
1.4.7	CDHU	40.04.090	Tomada RJ 11 para telefone, sem placa	UN	20,00	R$ 46,45	R$ 58,06	R$ 1.161,25
1.4.8	CDHU	40.06.060	Condulete metálico de 1´	CJ	152,00	R$ 53,47	R$ 66,84	R$ 10.159,30
1.4.9	CDHU	40.02.010	Caixa de tomada em alumínio para piso 4´ x 4´	UN	2,00	R$ 87,44	R$ 109,30	R$ 218,60
1.4.10	CDHU	40.02.040	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 150 x 150 x 80 mm	UN	1,00	R$ 36,04	R$ 45,05	R$ 45,05
1.5			**QUADROS E DISJUNTORES - PRIMEIRO ANDAR**					**R$ 26.714,03**
1.5.1	CDHU	66.08.100	Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm	UN	1,00	R$ 1.307,36	R$ 1.634,20	R$ 1.634,20
1.5.2	CDHU	37.02.060	Quadro Telebrás de sobrepor de 400 x 400 x 120 mm	UN	1,00	R$ 234,09	R$ 292,61	R$ 292,61
1.5.3	CDHU	37.04.280	Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 44 DIN / 32 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	4,00	R$ 1.148,30	R$ 1.435,38	R$ 5.741,50
1.5.4	CDHU	37.10.010	Barramento de cobre nu	KG	20,00	R$ 150,14	R$ 187,68	R$ 3.753,50
1.5.5	CDHU	37.20.080	Barra de neutro e/ou terra	UN	16,00	R$ 38,85	R$ 48,56	R$ 777,00

1.5.6	CDHU	37.24.032	Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, Imax. de surto 50 até 80 kA	UN	16,00	R$ 157,14	R$ 196,43	R$ 3.142,80
1.5.7	CDHU	37.17.110	Dispositivo diferencial residual de 100 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00	R$ 347,37	R$ 434,21	R$ 1.736,85
1.5.8	CDHU	37.17.090	Dispositivo diferencial residual de 63 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00	R$ 386,49	R$ 483,11	R$ 1.932,45
1.5.9	CDHU	37.13.600	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	UN	33,00	R$ 28,31	R$ 35,39	R$ 1.167,79
1.5.10	CDHU	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	UN	9,00	R$ 172,90	R$ 216,13	R$ 1.945,13
1.5.11	CDHU	37.13.660	Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	UN	6,00	R$ 266,01	R$ 332,51	R$ 1.995,08
1.5.12	CDHU	39.10.050	Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²	UN	66,00	R$ 5,43	R$ 6,79	R$ 447,98
1.5.13	CDHU	39.10.060	Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²	UN	36,00	R$ 16,01	R$ 20,01	R$ 720,45
1.5.14	CDHU	39.10.080	Terminal de pressão/compressão para cabo de 16 mm²	UN	24,00	R$ 16,89	R$ 21,11	R$ 506,70
1.5.15	CDHU	39.09.020	Conector split-bolt para cabo de 25 mm², latão, simples	UN	50,00	R$ 14,72	R$ 18,40	R$ 920,00
2.			**REFORMA - TERREO**					**R$ 148.068,79**
2.1			**INFRAESTRUTURA ELÉTRICA - TERREO**					**R$ 24.669,13**
2.1.1	CDHU	38.22.120	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 150x100 mm, com acessórios	M	50,00	R$ 144,36	R$ 180,45	R$ 9.022,50

2.1.2	CDHU	38.07.300	Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	50,00	R$ 46,05	R$ 57,56	R$ 2.878,00
2.1.3	CDHU	38.07.200	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 3/8´ (tirante)	M	100,00	R$ 16,72	R$ 20,90	R$ 2.090,00
2.1.4	CDHU	38.07.030	Grampo tipo ´C´ diâmetro 3/8`, com balancim tamanho grande	CJ	35,00	R$ 20,70	R$ 25,88	R$ 905,80
2.1.5	CDHU	38.07.134	Saída lateral simples, diâmetro de 1´	UN	16,00	R$ 11,87	R$ 14,84	R$ 237,44
2.1.6	CDHU	38.23.120	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x100 mm	UN	35,00	R$ 31,05	R$ 38,81	R$ 1.358,35
2.1.7	CDHU	38.23.210	Mão francesa simples, galvanizada a fogo, L= 200 mm	UN	8,00	R$ 29,22	R$ 36,53	R$ 292,24
2.1.8	CDHU	38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1´ com acessórios	M	110,00	R$ 57,34	R$ 71,68	R$ 7.884,80
2.2			**READEQUAÇÃO AOS QUADROS NOVOS E SEPARAÇÃO ELÉTRICA DO ANDAR INFERIOR - TERREO**					**R$ 1.630,40**
2.2.1	CDHU	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	300,00	R$ 2,80	R$ 3,50	R$ 1.050,00
2.2.2	CDHU	B.01.000.010115	Eletricista	H	32,00	R$ 14,51	R$ 18,14	R$ 580,40
2.3			**CABEAMENTO - TERREO**					**R$ 90.305,13**
2.3.1	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	180,00	R$ 38,73	R$ 48,41	R$ 8.714,25

2.3.2	CDHU	39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	160,00	R$ 5,12	R$ 6,40	R$ 1.024,00
2.3.3	CDHU	39.21.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	100,00	R$ 6,98	R$ 8,73	R$ 872,50
2.3.4	CDHU	39.03.170	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C	M	3.250,00	R$ 4,79	R$ 5,99	R$ 19.459,38
2.3.5	CDHU	39.18.120	Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares - categoria 6A	M	1.570,00	R$ 27,40	R$ 34,25	R$ 53.772,50
2.3.6	CDHU	39.11.190	Cabo telefônico CCE-APL, com 4 pares de 0,50 mm, para conexões em rede externa	M	500,00	R$ 10,34	R$ 12,93	R$ 6.462,50
2.4			**TOMADAS E INTERRUPTORES - TERREO**					**R$ 15.580,84**
2.4.1	CDHU	40.04.470	Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo	CJ	33,00	R$ 49,28	R$ 61,60	R$ 2.032,80
2.4.2	CDHU	40.04.480	Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	1,00	R$ 43,44	R$ 54,30	R$ 54,30
2.4.3	CDHU	40.05.020	Interruptor simples com 1 tecla e placa	CJ	17,00	R$ 33,48	R$ 41,85	R$ 711,45
2.4.4	CDHU	40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	CJ	8,00	R$ 31,13	R$ 38,91	R$ 311,30
2.4.5	CDHU	40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	CJ	29,00	R$ 29,55	R$ 36,94	R$ 1.071,19

2.4.6	CDHU	40.04.096	Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa	UN	21,00	R$ 90,13	R$ 112,66	R$ 2.365,91
2.4.7	CDHU	40.04.090	Tomada RJ 11 para telefone, sem placa	UN	14,00	R$ 46,45	R$ 58,06	R$ 812,88
2.4.8	CDHU	40.06.060	Condulete metálico de 1´	CJ	123,00	R$ 53,47	R$ 66,84	R$ 8.221,01
2.5			**QUADROS E DISJUNTORES - TERREO**					**R$ 15.883,30**
2.5.1	CDHU	66.08.100	Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm	UN	1,00	R$ 1.307,36	R$ 1.634,20	R$ 1.634,20
2.5.2	CDHU	37.02.060	Quadro Telebrás de sobrepor de 400 x 400 x 120 mm	UN	1,00	R$ 234,09	R$ 292,61	R$ 292,61
2.5.3	CDHU	37.04.280	Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 44 DIN / 32 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	2,00	R$ 1.148,30	R$ 1.435,38	R$ 2.870,75
2.5.4	CDHU	37.10.010	Barramento de cobre nu	KG	10,00	R$ 150,14	R$ 187,68	R$ 1.876,75
2.5.5	CDHU	37.20.080	Barra de neutro e/ou terra	UN	8,00	R$ 38,85	R$ 48,56	R$ 388,50
2.5.6	CDHU	37.24.032	Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, Imax. de surto 50 até 80 kA	UN	12,00	R$ 157,14	R$ 196,43	R$ 2.357,10
2.5.7	CDHU	37.17.110	Dispositivo diferencial residual de 100 A x 30 mA - 4 polos	UN	3,00	R$ 347,37	R$ 434,21	R$ 1.302,64
2.5.8	CDHU	37.13.600	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	UN	20,00	R$ 28,31	R$ 35,39	R$ 707,75
2.5.9	CDHU	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	UN	7,00	R$ 172,90	R$ 216,13	R$ 1.512,88

2.5.10	CDHU	39.10.050	Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²	UN	80,00	R$ 5,43	R$ 6,79	R$ 543,00
2.5.11	CDHU	39.10.060	Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²	UN	50,00	R$ 16,01	R$ 20,01	R$ 1.000,63
2.5.12	CDHU	39.10.080	Terminal de pressão/compressão para cabo de 16 mm²	UN	40,00	R$ 16,89	R$ 21,11	R$ 844,50
2.5.13	CDHU	39.09.020	Conector split-bolt para cabo de 25 mm², latão, simples	UN	30,00	R$ 14,72	R$ 18,40	R$ 552,00
VALOR TOTAL COM BDI								**R$ 338.603,62**

6 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A execução conjunta das instalações elétricas, de dados e de telefonia é recomendada pela necessidade de compatibilizar trajetos, circuitos, quadros, cabeamentos, intervenções e recomposições no prédio em funcionamento, além de coordenar os desligamentos, testes e a entrega dos sistemas. A adjudicação global favorece a integração dos serviços e reduz o risco de incompatibilidades entre diferentes executores.

Justificativa Global: A opção pela adjudicação global dos serviços e materiais descritos no memorial descritivo é justificada pelos seguintes motivos:

1. **Coerência e Coordenação:**
   - A execução envolve etapas diretamente interdependentes, como montagem da infraestrutura, lançamento de cabos, adequação dos quadros, instalação dos dispositivos de proteção, tomadas e pontos de dados e telefonia. A adjudicação global facilita a coordenação dessas etapas, garantindo execução sequencial e integrada e reduzindo incompatibilidades e interrupções desnecessárias no funcionamento do Paço Municipal.
2. **Eficiência e Economia de Escala:**
   - A adjudicação global pode resultar em economia de custos, pois permite a negociação de melhores condições contratuais e preços mais competitivos devido ao maior volume de serviços e materiais contratados. Além disso, simplifica os processos administrativos e de gestão, reduzindo a burocracia e os custos operacionais.
3. **Cumprimento do Cronograma:**
   - A adjudicação global permite uma melhor gestão do cronograma da obra, assegurando que todas as fases sejam executadas de acordo com o planejado. Isso é particularmente importante em projetos complexos, onde atrasos em uma etapa podem impactar negativamente todas as outras.

7 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Após análise detalhada do projeto e das necessidades para a sua execução, concluiu-se que não há contratações correlatas ou interdependentes necessárias. Todos os serviços e fornecimentos requeridos estão incluídos no escopo da contratação principal. A execução do projeto será realizada de forma integral e autossuficiente, sem a necessidade de contratações adicionais correlatas ou interdependentes. Isso simplifica a gestão do contrato e assegura que todos os componentes do projeto estejam sob a responsabilidade de um único contratado, facilitando a coordenação e a eficiência da execução.

8 – ALINHAMENTO COM PAC (PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES)

Em tempo, é valido ressaltar que esta Administração ainda não optou pela elaboração do Plano de Contratações Anual – PCA.

9 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação visa proporcionar instalações elétricas, de dados e de telefonia mais seguras, organizadas e confiáveis, reduzindo quedas de energia, instabilidades e interrupções que atualmente prejudicam as atividades administrativas. Pretende-se melhorar as condições de funcionamento dos equipamentos e sistemas, reduzir a ocorrência de falhas e retrabalhos e assegurar maior continuidade e eficiência na prestação dos serviços públicos e no atendimento aos munícipes.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A Comissão de Fiscalização do futuro contrato será composta por servidores da Prefeitura Municipal de Tapiraí. Antes do início dos serviços, deverão ser definidos o planejamento das intervenções, a sequência de execução por setores e os procedimentos para eventuais desligamentos das redes elétrica, de dados e de telefonia, considerando que o Paço

Municipal permanecerá em funcionamento integral ou parcial durante a obra. A fiscalização acompanhará o cumprimento das condições contratuais, das medidas de segurança e do cronograma de execução.

11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Possíveis Impactos Ambientais e Medidas de Tratamento:

Impactos Ambientais: A execução dos serviços poderá gerar resíduos provenientes da retirada de cabos, eletrodutos, componentes elétricos, embalagens e demais materiais substituídos, além de poeira e resíduos decorrentes de intervenções pontuais na edificação.

Medidas Mitigadoras: A CONTRATADA deverá promover a adequada segregação, acondicionamento, retirada e destinação dos resíduos gerados, evitando seu acúmulo nas áreas de circulação e de atendimento. Deverá ainda adotar medidas para reduzir desperdícios, preservar os elementos existentes e manter os ambientes limpos e organizados durante a execução, especialmente em razão da permanência de servidores e usuários no edifício.

12 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Posicionamento Conclusivo sobre a Viabilidade:

Viabilidade Técnica: O projeto é tecnicamente viável e atende às necessidades identificadas para a reestruturação das instalações elétricas, de dados e de telefonia do Paço Municipal. Os serviços e materiais previstos nos memoriais descritivos e planilhas orçamentárias são compatíveis com a intervenção pretendida.

Viabilidade Operacional: A execução é operacionalmente viável, desde que realizada de forma planejada, por etapas e em coordenação com a fiscalização, considerando a necessidade de manutenção integral ou parcial do funcionamento do Paço Municipal e a adoção de medidas de segurança para trabalhadores, servidores, usuários e terceiros.

Viabilidade Orçamentária: O orçamento estimado da contratação é de R$ 338.628,58, elaborado a partir das planilhas orçamentárias dos Pisos 01 e 02. O investimento mostra-se compatível com a necessidade identificada e com os benefícios esperados para a segurança, confiabilidade e continuidade dos serviços administrativos.

Diante das condições levantadas, considera-se viável a contratação de empresa especializada para execução da reestruturação e adequação das instalações elétricas, de rede de dados e de telefonia do Paço Municipal de Tapiraí/SP, nos termos dos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos da contratação.